

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LETRAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS

LETYCIA FOSSATTI TESTA

**MULHERES SOB A ÓTICA PATRIARCAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO

2015

LETYCIA FOSSATTI TESTA

## **MULHERES SOB A ÓTICA PATRIARCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Câmpus Pato Branco, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Letras Português/Inglês.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Hidemi de Lima

PATO BRANCO

2015



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Câmpus Pato Branco  
Departamento Acadêmico de Letras  
Coordenação do Curso de Letras Português/Inglês



**DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autor (a): **Letycia Fossatti TESTA**

Título: **Mulheres sob a ótica patriarcal**

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em 20, 11, 2015  
com NOTA 10,0 ( dez ) pela comissão julgadora:

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Marcos Hidemí de Lima – UTFPR Pato Branco**  
Orientador(a) e Presidente da Banca

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Wellington Ricardo Fioruci – UTFPR Pato Branco**  
Parecerista e Membro da Banca Examinadora

\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Ma. Égide Guareschi – UTFPR Pato Branco**  
Membro da Banca Examinadora

VISTO E DE ACORDO:

**Prof.ª Dr.ª Leticia Lemos Gritti**  
SIAPE nº 1695421  
Coordenadora do Curso de Licenciatura  
em Letras Português-Inglês  
UTFPR - Câmpus Pato Branco

\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Dra. Leticia Lemos Gritti**  
Coordenadora do Curso de Letras Português/Inglês

\_\_\_\_\_  
**Prof.ª M.ª Rosângela Aparecida Marquezi**  
Responsável pelo Trabalho de Conclusão de Curso  
Portaria n.º 023, de 11.02.2014

**A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso.**

## AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos ao meu professor orientador, Dr. Marcos Hidemi de Lima, que há muito vem sendo meu incentivador nesta caminhada acadêmica. Sua sabedoria, conhecimento, paciência e dedicação com seus alunos e orientandos são exemplos para mim, como aluna e futura professora. Por isso, afirmo que muito deste estudo não seria possível sem a maestria da sua orientação.

Agradeço também a todos os professores que passaram pela minha formação, que, com seus ensinamentos, inquietaram-me subjetivamente, me fazendo evoluir como pessoa e profissional. Sem estes grandes mestres transmissores do conhecimento, eu não chegaria até aqui.

Meu muito obrigada à minha família, por sempre estar ao meu lado, me apoiando e incentivando a não desistir perante as dificuldades. Em especial, agradeço aos meus pais, Ivania Fossatti Testa e Valmor Antonio Testa, que nunca mediram esforços para me ver alcançar meus objetivos. Seus exemplos são o que eu quero seguir para sempre.

Agradeço ao meu namorado, Nathan Scalvi, por me acompanhar nestes quatro anos de formação, segurando a minha mão e me fortalecendo quando as coisas pareciam impossíveis. Sua alegria me fez feliz quando tudo parecia triste.

Aos meus amigos meu profundo agradecimento, principalmente aos que conheci nesta instituição de ensino, em especial, Ivonete Dias e Solange Ariati. Afirmo, com toda certeza, que a amizade e o companheirismo de vocês me tornaram uma pessoa melhor. Os momentos que compartilhamos nesta Universidade, sejam eles de alegria ou tristeza, conquistas ou insucessos, ficarão para sempre na minha memória. Sentirei saudades da nossa convivência diária e da nossa cooperação como amigas e colegas de faculdade.

A Deus, meu íntimo agradecimento, pois a fé é a minha esperança constante.

Para não me delongar mais, minha gratidão a todos, que de alguma forma colaboraram para que eu chegasse até aqui.

Veja tudo, de vários ângulos e sinta, não sossegue nunca o olho, siga o exemplo do rio que está sempre indo, mesmo parado vai mudando. (DOURADO, Autran, 1995)

## RESUMO

TESTA, Letycia Fossatti. **Mulheres sob a ótica patriarcal**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2015.

Este trabalho busca analisar a representação das personagens femininas, Isaltina e Adélia, de grupos étnicos distintos, presentes nos romances *Lucas Procópio* e *Um cavalheiro de antigamente*, de Autran Dourado, sob a ótica do patriarcalismo. Em ambas as narrativas, as personagens estão inseridas em um ambiente marcadamente machista, preconceituoso e discriminatório, que busca moldá-las a ideologias preestabelecidas histórica e socialmente. Nessa linha de raciocínio, este estudo apresenta as principais características que marcaram o período desde o início da colonização até o fim da escravidão, época em que prevaleceu na formação da família brasileira a influência do regime patriarcal, marcado pelo mandonismo dos homens brancos, educados dentro do espírito da casa-grande, muitas vezes grandes proprietários de terras e de pessoas. Por conseguinte, por intermédio da análise da presença do patriarcalismo nas duas obras, será configurada a relação conflituosa e hierárquica que se estabelecia entre o homem *versus* a mulher. Por extensão, busca-se relacionar nos dois romances estudados semelhanças e diferenças entre a mulher branca, representada por Isaltina, e a mulher negra, representada por Adélia, neste importante período brasileiro, que gerou consequências negativas ainda visíveis na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Personagens femininas. Patriarcalismo. Questões étnicas. Romance brasileiro. Autran Dourado.

## ABSTRACT

TESTA, Letycia Fossatti. **Women from the perspective of patriarchy**. 2015. Work of Course Conclusion. Curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2015.

This work aims to analyze the representation of female characters, Isaltina and Adelia, they have distinct ethnic classes and they are present in the novels *Lucas Procópio* and *Um cavalheiro de antigamente*, of Autran Dourado, from the perspective of patriarchy. In both narratives, the characters are inserted in a macho, prejudiced and discriminatory environment, which seeks to mold them to pre-established ideologies historically and socially. Thus, this study presents the main features that marked the period from the beginning of colonization until the end of slavery. In this time prevailed in the formation of the Brazilian family the patriarchal regime, marked by despotism of white men, that were educated in the spirit of the “casa-grande”, often large landowners and people. Therefore, through the analysis of the presence of patriarchy in the two novels, will be configured to confrontational and hierarchical relation established between man versus woman. By extension, it seeks to relate in the two novels studied similarities and differences between the white woman, represented by Isaltina and the black woman, represented by Adelia in this important Brazilian period, which generated negative consequences still visible in the society.

**Keywords:** Female characters. Patriarchy. Ethnic issues. Brazilian novel. Autran Dourado.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 AUTRAN DOURADO</b> .....	10
2.1 UM MINEIRO, TECELÃO DE LETRAS .....	10
2.2 <i>LUCAS PROCÓPIO E UM CAVALHEIRO DE ANTIGAMENTE</i> .....	12
<b>3 A ORDEM PATRIARCAL E A RELAÇÃO DE PODER ENTRE HOMEM <i>VERSUS</i> MULHER</b> .....	14
3.1 A COLONIZAÇÃO BRASILEIRA E O PATRIARCALISMO .....	14
3.2 O PATRIARCAL A PARTIR DAS DEFINIÇÕES DE <i>NÚCLEO</i> E <i>NEBULOSA</i> .....	20
<b>4 CONTRASTES E RELAÇÕES ENTRE BRANCAS E NEGRAS DO BRASIL ESCRAVOCRATA</b> .....	23
4.1 <i>MULHER ESPOSÁVEL</i> E <i>MULHER COMÍVEL</i> .....	23
4.2 O CASAMENTO: UMA VIOLÊNCIA CONSENTIDA.....	26
4.3 O ESPAÇO OCUPADO PELAS MULHERES .....	28
<b>5 PERSONAGENS MARGINALIZADAS</b> .....	31
5.1 ISALTINA.....	31
5.2 ADÉLIA .....	40
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	49
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os personagens literários há muito carregam marcas dos contextos históricos e sociais vivenciados no mundo. Daí a importância da literatura como forma de reflexão e crítica sobre a realidade social. Partindo deste pressuposto, este estudo busca analisar como acontece a representação de duas personagens, Isaltina – mulher branca e bem educada – e Adélia – mulata alforriada –, sob a ótica patriarcal, retratadas em dois romances contemporâneos: *Lucas Procópio* (1984) e *Um cavaleiro de antigamente* (1992), de Autran Dourado.

Ambos os romances apresentam uma história que se desenvolve em Minas Gerais, aproximadamente entre meados do século XIX até o início do século XX. As duas narrativas proporcionarão ao leitor uma visão nítida da história colonial brasileira e das questões sociais que envolveram esse período, como o preconceito étnico e as atitudes contra as mulheres, que eram seres totalmente subjugados ao poder masculino, de acordo com o padrão praticado pelo patriarcalismo então fortemente vigente.

A partir do objetivo deste estudo de investigação da inserção das figuras femininas dentro de uma lógica masculina que sempre as exclui, buscar-se-á analisar como a ordem patriarcal se estabelecia dentro da família senhorial e/ou sociedade retratada nas duas obras, verificando como ocorria a relação de poder entre homem *versus* mulher. Além disso, será identificado também o comportamento ditado pela sociedade às mulheres e como estas eram submetidas a ordens e ideologias preestabelecidas histórica e socialmente.

No que tange à sustentação teórica deste trabalho, as personagens analisadas serão relacionadas, especialmente, aos conceitos de *mulher esposável* e *mulher comível*, definidos por Affonso Romano de Sant’Anna (1985) e também com as definições de *núcleo* e *nebulosa*, propostas por Roberto Reis (1987). Outro elemento a ser analisado será relativo ao espaço, público e privado, buscando estabelecer em qual deles cabia ser ocupado pelas mulheres brancas ou pelas negras da época escravocrata. Por fim, serão relacionadas e contrastadas as formas de preconceito contra as mulheres das duas etnias, buscando aproximá-las a seres marginalizados socialmente. Com esta análise, será possível identificar qual a intenção e a crítica do escritor contemporâneo Autran Dourado ao retratar esses aspectos que houve em nossa sociedade.

Esta pesquisa se revelará importante, pois está relacionada a aspectos sócio-históricos de uma época distinta brasileira. Sua relevância se dá também pelo estudo da

desigualdade de gênero, pelos aspectos preconceituosos e machistas que envolvem a relação entre o homem em confronto com a mulher. Também contribui para os méritos dessa pesquisa o fato de ambos os romances explorarem detalhadamente como as mulheres, uma branca, representada por Isaltina – de boa família e bem educada – e outra, uma mulata, representada por Adélia – escrava alforriada, aparentemente sem acesso à educação e malvista socialmente – eram percebidas dentro de uma cultura na qual predominava uma mentalidade masculina e como o preconceito contra a mulher se realizava, seja no espaço privado, da família, da casa, interno ou no espaço público, da rua, sociável, externo.

Para o estudo destas duas personagens será necessário também analisar todo o contexto que as cerca, por isso, outras personagens, femininas e masculinas, serão também abordadas e comparadas, juntamente com uma investigação do espaço cultural, econômico e social em que estão inseridas. Esse período tem grande importância para a história brasileira, já que é o momento em que a escravidão, as desigualdades sociais e de gênero viviam seu auge, juntamente com a forte influência dos famosos senhores do engenho, que eram grandes proprietários de terras e representavam a figura suprema, seja na família, na sociedade, na economia ou na política. Eram eles, por meio da ordem patriarcal, que governavam o país praticamente, ditando leis e preceitos para reger a sociedade.

Assim, é compreensível perceber que este estudo possui um caráter literário, social e histórico, pois analisará, valendo-se do texto ficcional, aspectos duros da realidade e da história brasileira, que, conseqüentemente, geraram e ainda geram profundas cicatrizes na trajetória do Brasil. Ademais, trazem um importante material para verificar o quanto dos preconceitos lá concebidos ou difundidos em grande escala ainda estão presentes na nossa realidade e na mentalidade de muitas pessoas.

Portanto, analisar como as mulheres eram socialmente “apreendidas” e verificar quais os padrões que deviam seguir na época colonial brasileira acabarão por trazer uma reflexão sobre grande parte da condição em que a mulher até mesmo na contemporaneidade ainda se encontra. A partir dessa constatação, pode-se alegar que esta pesquisa partiu, inicialmente, do gosto pela literatura, que faz refletir sobre diferentes momentos históricos e sociais e que revela outras realidades, sejam boas ou ruins. O gosto pela história também foi um ponto forte para efetuar este estudo. Em suma, criticar e revelar, de certo modo, padrões preconceituosos que fundamentam o comportamento da mulher, indiferentemente da etnia ou posição socioeconômica, há muito tempo e até hoje, se torna fundamental como busca pela extinção dos preconceitos contra os gêneros mais estigmatizados.

A partir destas considerações, este trabalho pretende ser bibliográfico, exploratório e investigativo. Para isso, serão analisadas especificamente as duas obras acima mencionadas de Autran Dourado, focando na ordem patriarcal, nas personagens e na sua relação com a história e o social. Da mesma forma, serão estudadas outras obras que fundamentarão os temas abaixo examinados, como o período colonial, a escravidão, a ordem patriarcal, o preconceito e relativo à mulher.

Portanto, de forma mais estruturada, pode-se afirmar que após a leitura de embasamento teórico, serão selecionados e organizadas partes específicas das obras onde aparecem as personagens Isaltina e Adélia, para uma análise e interpretação mais profunda da representação das mesmas. Esta análise será fundamentada nos autores que já exploraram aspectos similares aos objetivos dessa pesquisa, com o intuito de responder, fundamentalmente, a questão inicial presente neste trabalho, que consiste na análise da representação das personagens femininas sob a ótica do patriarcalismo.

Para isso, construir-se-á um trabalho dividido em capítulos, que terá, inicialmente, uma breve contextualização sobre a vida e o estilo literário do autor. Logo após, uma fundamentação teórica sobre o momento histórico e as características sociais do período em que prevalece a ordem patriarcal e relativo ao que já foi escrito e estudado à respeito dos assuntos tratados no trabalho. Na sequência, serão exploradas as obras *Lucas Procópio* e *Um cavalheiro de antigamente*, analisando, como já mencionado, as peculiaridades das personagens Isaltina e Adélia, distinguindo-as e, se possível, aproximando-as como seres marginalizados socialmente na sua condição de mulher. Por fim, serão realizadas algumas breves considerações à guisa de conclusão sobre este estudo.

## 2 AUTRAN DOURADO

### 2.1 UM MINEIRO, TECELÃO DE LETRAS

Autran Dourado nasceu em 18 de janeiro de 1926, em Patos, Minas Gerais e faleceu em 2012, no Rio de Janeiro, local que passou mais da metade da sua vida. Durante sua longa trajetória, este célebre autor se destacou pelas vastas obras, entre fábulas, contos, novelas, romances, artigos e ensaios publicados, que lhe renderam vários prêmios literários de reconhecimento de seu trabalho, entre eles destacam-se o Prêmio Jabuti, o Prêmio Goethe, o Prêmio Machado de Assis, o Prêmio Camões de Literatura, entre outros.

Sua carreira de escritor iniciou oficialmente em 1947, com a publicação da novela *Teia*, à qual se seguiu a publicação de aproximadamente trinta livros. Entre suas obras, podem-se destacar como de maior sucesso *Sombra e Exílio* (1950), que ganhou o Prêmio Mário Sete do Jornal de Letras, *Tempo de amar*, romance que recebeu o Prêmio Cidade de Belo Horizonte, *Nove histórias em grupo de três* (1955), que recebeu o Prêmio Artur Azevedo do Instituto Nacional do Livro, *A Barca dos homens* (1961), romance escolhido como o melhor livro do ano pela União Brasileira de Escritores, *Uma vida em segredo* (1964), cujo enredo foi adaptado para o cinema, e o romance *Ópera dos mortos* (1967), escolhido pela UNESCO para integrar a coleção de “Obras Representativas da Literatura Universal”.

Além de ser um talentoso escritor, Autran formou-se em Direito, trabalhou como taquígrafo e jornalista, sendo também, de 1958 a 1961, secretário de Imprensa do então presidente da República, Juscelino Kubitschek, período este que, segundo estudiosos, foi de grande crise existencial, tristeza, angústia e contradição pessoal para o intelectual, que se viu obrigado a deixar o ofício da escrita de lado. As obras *A serviço del-Rei* (1984) e *Gaiola aberta* (2000) representam, de certa forma, um pouco desse sentimento vivenciado pelo escritor nessa fase.

Durante toda sua vida, Autran foi um grande estudioso e admirador da literatura de escritores como Gustave Flaubert, autor citado em muitos de seus ensaios e romances, James Joyce, Henry James e William Faulkner. Entre os brasileiros, gostava, principalmente, dos escritores Clarice Lispector e Guimarães Rosa, sendo estes últimos considerados pertencentes à mesma geração do escritor mineiro, com uma linguagem similar a dele e que acabaram

promovendo uma mudança nos moldes do romance brasileiro. Além disso, nutria grande admiração pelos escritos de Sigmund Freud.

Sua linguagem demonstra toda criticidade a respeito de si mesmo, sua preocupação com a técnica da palavra escrita, o que evidencia sua inquietação com a tessitura do seu fazer literário, a busca pela excelência nas letras e a maturidade para escrever, que adquiriu no decorrer da sua carreira. Em *Uma poética do romance: matéria de carpintaria*, ensaio que revela um pouco da forma da construção dos seus romances, Autran argumenta o seguinte: “[...] me considero exageradamente um autor bastante lúcido, vivo constantemente me analisando (literariamente)...” (DOURADO, 1976, p. 36). Destaca-se seu estilo moderno, mesmo apresentando em algumas obras o gosto por certas formas do barroco mineiro, através da exaltação do contexto de Minas Gerais, do seu estilo e temas literários, como é o caso de *Ópera dos mortos* e *Sinos da agonia*. São recorrentes em seus textos o monólogo interior, o caráter psicológico dos personagens, a intertextualidade, a polifonia, a alternância de discursos entre os personagens, a técnica do *flashback*, a fragmentação do texto e dos personagens, a divisão em blocos das suas obras, o coloquialismo mineiro, entre outros elementos.

Ademais, os temas de suas criações normalmente referem-se à solidão, às questões familiares da época colonial brasileira, ao patriarcalismo, à história mineira e à decadência da cultura interiorana de Minas Gerais. Isto confirma que o espaço de suas obras é essencialmente mineiro, demonstrando assim, seu profundo carinho à terra natal e o conhecimento da cultura interiorana deste estado brasileiro:

Quase sempre tendo Minas Gerais como cenário e a sociedade patriarcal da primeira metade do século XX como personagem principal, a narrativa de Autran Dourado alicerça-se, sobretudo, na ausculta da alma humana, representada, principalmente, pelo mote contido no ditado: “avós ricos, pais nobres e netos pobres”. Assim o autor delinea, em seus romances, o perfil psicológico da aristocracia rural decadente. Entre tantas outras, mas, sobretudo, na história das famílias Honório Cota, ou de João da Fonseca Ribeiro, o grande narrador do romancista, bem como pela gente de Ismael (o Troca-pernas, de Tempo de amar e de Ópera dos fantoches), descortinam-se as muitas histórias desse mineiro fabulador. (SANTOS, 2008, p. 13)

É característica de seu estilo o reaparecimento de personagens e espaços narrativos, assim como a reescrita de obras, os quais se complementam, formando um todo conexo. Além da recorrente família Honório Cota, o autor apresenta também, em muitas de suas obras, a cidade mítica mineira de Duas Pontes, que “[...] é uma cidade de patriarcas e homens machões, de homens de verdade como eles arrotam, pelo menos segundo a concepção que eles têm de homem.” (DOURADO, 2001, p. 61). Estas duas recorrências estão presentes nas

obras *Lucas Procópio* (1984) e *Um cavalheiro de antigamente* (1992), objetos deste estudo, que fazem parte de uma trilogia formada também pelo romance *Ópera dos mortos* (1967), sendo este o:

Primeiro livro da chamada “Trilogia do Brasil Arcaico” e lançado em 1967, o romance se desdobra em duas obras posteriores que complementam retrospectivamente a saga dos Honório Cota, tradicional família do interior de Minas Gerais. Através da retomada de dois personagens fundamentais de *Ópera dos Mortos* – o avô e o pai da personagem central Rosalina – originam-se os romances *Lucas Procópio*, quem vem a lume em 1986 e *Um cavalheiro de antigamente*, publicado em 1992. (ARAÚJO, 2013, p. 98).

## 2.2 LUCAS PROCÓPIO E UM CAVALHEIRO DE ANTIGAMENTE

A saga da família Honório Cota inicia-se com o romance *Ópera dos mortos* e segue-se nos romances *Lucas Procópio* e *Um cavalheiro de antigamente*, “Nessa trilogia, o primeiro desempenha tanto o continente como a origem, de onde surgem os demais.” (SANTOS, 2008, p. 114), além disso, o romance de 1967 é o mais conhecido. Nele é reproduzido a vida da última descendente da famosa família patriarcal Honório Cota, Rosalina, que vive no antigo sobrado da família. Esta personagem é fragmentada, uma extensão das características do avô, temido patriarca chamado Lucas Procópio, e do pai João Capistrano, que “[...] era uma bela e impressionante figura [...]. Um homem que, por seus gestos e virtudes, não se usava mais: um cavalheiro de antigamente.” (DOURADO, 2001, p. 10).

Neste romance inicial são visíveis muitas das características que formaram a família Honório Cota, cujo nome deriva do latim *honor*, que significa honra, o que comprova que as escolhas do autor para compor seus romances não foram aleatórias. É possível também verificar que nas configurações físicas do sobrado da família, construído no auge do poder patriarcal, compreendem-se as características duras e violentas que marcaram as famílias e a sociedade da época. Com o sobrado e a sua simbologia, Autran Dourado conseguiu exprimir muito da época retratada nestes romances. Todavia, no momento em que a obra se passa, fins do século XIX e início do XX, era evidente a decadência do sistema escravocrata e das famílias coloniais da época, fundamentada na figura do patriarca, aqui representada por Lucas Procópio.

Casa de gente de casta, segundo eles antigamente. Ainda conservava a imponência e o porte senhorial, o ar solarengo que o tempo de todo não comeu. As cores das janelas e da porta estão lavadas de velhas, o reboco caído em alguns trechos como grandes placas de feridas mostra mesmo as pedras e os tijolos e as taipas de sua carne e ossos, feitos para durar toda a vida; vidros quebrados nas vidraças, [...] nos peitorais das sacadas de ferro rendilhado formando flores estilizadas, setas, volutas, esses e gragas, faltam muitas das pinhas de cristal facetado cor-de-vinho que arrematavam nas cantoneiras a leveza daqueles balcões. (DOURADO, 1995, p. 1).

Lucas Procópio é o protagonista da obra que leva seu nome no frontispício do livro, permitindo constatar, no seu modo arrogante e violento de agir e tratar as demais pessoas, as maldades e o comportamento violento dos grandes senhores proprietários de terras que formaram, à custa de exploração de pessoas e da invasão de terras, a base agrária do Brasil desde o princípio da colonização brasileira até o início do século XX. Em conformidade com o que se lê no romance, este personagem exercia seu poder sobre seus escravos, agregados, sobre as mulheres consideradas de classe inferior, sobre sua esposa, filhos e toda a sociedade em geral. Tinha ele um “[...] jeito desabusado, mandão; gritando, estalando o relho no ar.” (DOURADO, 1995, p. 11).

*Um cavalheiro de antigamente*, último romance da saga, apresenta a segunda geração desta família, fundamentada no protagonista João Capistrano Honório Cota, filho do patriarca Lucas Procópio e pai de Rosalina. Homem educado aos moldes da mãe, dona Isaltina, que busca preservar a todo custo sua honra e a honra da família, o que se tornará visível no decorrer da trama. Nesta obra também é possível ter uma visão clara do comportamento do homem, considerado como um ser superior à mulher, assim como, por meio de Isaltina, mãe do protagonista, dos padrões que a mulher deveria seguir na época.

Por fim, a partir destas obras será possível analisar a personagem branca Isaltina, esposa do coronel e patriarca Lucas Procópio e a personagem negra Adélia, que era a amante ou mero objeto sexual do esposo de Isaltina. Ambas as personagens estão presentes nas duas obras acima citadas.

### 3 A ORDEM PATRIARCAL E A RELAÇÃO DE PODER ENTRE HOMEM *VERSUS* MULHER

#### 3.1 A COLONIZAÇÃO BRASILEIRA E O PATRIARCALISMO

O processo de colonização do Brasil teve início com o “descobrimento” do país pelos portugueses e se estendeu durante muitos anos, ou ainda, como afirma Alfredo Bosi, “a colônia só deixa de o ser quando passa a sujeito da sua história. Mas essa passagem fez-se [...] com naturais crises e desequilíbrios” (2013, p. 11). Esse processo foi marcado por fortes características de formação nacional, sendo elas: relação conflituosa entre os brancos, colonizadores e os nativos que aqui viviam; os efeitos sociais da miscigenação; exploração das riquezas brasileiras; o culto ao catolicismo e o processo de aculturação do índio e do negro; a conquista de terras; a formação de uma base agrícola; o comércio de escravos vindos da África e o advento da escravidão; a formação da família patriarcal e a divisão social estabelecida entre o senhor, na condição de patriarca, e os seus subordinados – nativos, escravos, mulheres, filhos e toda sociedade que foi se formando ao redor da casa-grande.

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, em *A mulher na sociedade de classes*, faz algumas considerações sobre a colonização e o capitalismo dela advindo:

Colonizado o Brasil para render lucros ao capitalismo comercial, a estrutura social brasileira do período escravocrata e, sobretudo, da época colonial se apresentaria como uma configuração exótica em que seriam retidos alguns traços já parcialmente decompostos das estruturas feudais europeias em desintegração combinados com a nascente estrutura patrimonialista favorecedora do comércio externo e com a exploração da força de trabalho escrava. (1979, p. 162).

Muitos destes aspectos também são apresentados em *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, publicada pela primeira vez em 1933. Esta obra traz um admirável estudo sobre o processo de colonização do Brasil, a questão da miscigenação, as relações entre os brancos e as outras etnias, as diferenças sociais e culturais desses povos, a produção econômica, a escravidão e a formação familiar brasileira e, com isso, o sistema patriarcal, derivado da colonização portuguesa. Neste livro, o autor, assim como Saffioti (1979), faz uma comparação do colonialismo português como uma sociedade semifeudal, em que,

principalmente na zona agrária, desenvolvia-se uma monocultura absorvente, dominada por uma minoria, denominados patriarcas. (FREYRE, 2013, p. 33).

Nesse sentido, a escravidão seria um dos traços mais marcantes desse período, que se estende desde o século XVI até o fim do século XIX, constituindo-se, fundamentalmente, por conta da formação agrária que se estendia pela colônia. Com o descobrimento de terras, climas favoráveis para o cultivo e os abundantes recursos naturais, como a água e os minerais, foi crescente a exploração do solo. Contudo, devido à cultura primitiva do índio, considerada pelos portugueses como “não civilizada”, a exploração e/ou escravidão do nativo se tornou difícil. Além disso, com a resistência indígena, surgiram guerras e conflitos covardes por parte dos exploradores, resultando na morte em massa dos primitivos habitantes do Brasil. Caio Prado Junior confirma esses fatos sofridos pelos índios na obra intitulada *História econômica do Brasil*:

É que, de um lado, seu número era relativamente pequeno; doutro, o índio brasileiro, saindo de uma civilização muito primitiva, não podia adaptar-se com a necessária rapidez ao sistema e padrões de uma cultura tão superior à sua, como era aquela que lhe traziam os brancos. (s.d, p. 21).

Portanto, com a busca do desenvolvimento agrário e com a formação das famílias proprietárias de terras e autônomas, tornou-se necessário mão de obra, ou, como afirma Gilberto Freyre, “capital-homem” (2013, p. 70), para o cultivo, principalmente, de cana-de-açúcar no Nordeste e da cultura do café, mais ao Sul, efetuadas em momentos diferentes do processo econômico brasileiro. A única solução encontrada, já que a África estava dominada social e economicamente pela Europa, foi escravizar várias etnias negras deste continente e trazê-las para o Brasil. Isso não foi difícil, pois os lusitanos, sobretudo, possuíam incrível capacidade de mobilidade marítima pelo mundo, o que foi até mesmo, ideológica e mitologicamente, retratado em uma das obras mais famosas e estudadas da Literatura Portuguesa, *Os Lusíadas*, de Luiz Vaz de Camões. Nessa fase:

Transportam-se da África para o trabalho agrícola no Brasil nações quase inteiras de negros. Uma mobilidade espantosa. O domínio imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de uma para outra das quatro partes do mundo então conhecido como em um formidável jogo de quatro cantos. (FREYRE, 2013, p. 70).

Esse período, fortemente marcado pela escravidão e pela exploração, se revelou muito importante para retratar diferentes aspectos históricos, econômicos, sociais e culturais

que constituíram o nosso país e que trazem consequências visíveis até hoje, como o caso do preconceito racial tão presente no Brasil. De acordo com a obra *A permanência do círculo*:

Constata-se que uma ordem econômica injusta – calcada na escravatura – determina uma dada estrutura social, eminentemente hierárquica. A hierarquia redonda numa interdependência entre senhor e escravo. Um inexistente sem o outro. Para que o sistema funcionasse e assim permanecesse, recorria-se a violência, capital para que se conservasse o vínculo da relação escravista. (REIS, 1987, p. 24).

É a partir da vinda dos escravos para o Brasil que se realiza a relação entre senhor-escravo, entre dominador e dominado, entre a casa-grande, espaço de concretização plena do poder do senhor do engenho, e a senzala. Estas características criam “[...] condições para o desenvolvimento da família de tipo patriarcal em que o chefe goza de poder absoluto sobre seus membros que dele dependem e a ele devem obediência.” (COSTA, 1999, p. 237). Ainda, de acordo com Reis, “a partir do senhor do engenho (ou do fazendeiro), patriarca que, dominador, ocupa o centro, eram marcados os lugares sociais dos que não pertenciam à casa-grande.” (1987, p. 26). Para melhor exemplificar essa mesma relação de poder, Freyre faz uma importante analogia entre a casa-grande e a senzala, em que a primeira é completada pela segunda:

Representa[ndo] todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (FREYRE, 2013, p. 36).

Aí estão algumas das principais características da cultura colonial, fundamentada na casa-grande e na figura do senhor, representado basicamente pelos colonizadores portugueses, surgidos ambos (a edificação e o homem) ainda no século XVI. Essa figura masculina, com grande poder econômico, representaria a voz suprema da sociedade, a lei que regia ideologicamente os padrões e costumes da época, o dominador que com algum esforço dominou o Brasil-colônia, passando por cima até mesmo da Igreja e dos vice-reis.

De acordo com o estereótipo comum da família patriarcal brasileira, o *pater famílias* autoritário, rodeado de escravas cuncumbinas (sic), dominava tudo: a economia, a sociedade, a política, seus parentes e agregados, seus filhos e sua esposa submissa. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 67)

Além disso, pode-se afirmar que “a chamada família patriarcal brasileira comandada pelo pai detentor de enorme poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, habitava a casa-grande e dominava a senzala.” (VIANNA apud DEL PRIORE, 2011, p. 223). Esse modelo de dominação exercido no Brasil, constituído basicamente pelo “[...] mandonismo dos proprietários de terras e escravos. Os abusos e violências dos autocratas das casas-grandes. O exagerado privatismo ou individualismo dos sesmeiros” (FREYRE, 2013, p. 324) foi considerado em Portugal como de grande sucesso, já que garantiu à colônia nos primeiros séculos grande acúmulo de riquezas.

Diante dessas peculiaridades, criou-se uma distinção aparente, como uma pirâmide dos tempos feudais, para estruturar a sociedade da época, organizada da seguinte forma: “[...] senhores de terra no topo, escravos na base; no meio, indefinidos socialmente, os “homens livres”, que não se encaixam em nenhum dos polos da pirâmide.” (REIS, 1987, p. 24).

Segundo Freyre, a casa-grande e seus arredores, em que faz parte a senzala também, foi o espaço da realização do poder masculino, pois “a força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos de terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal.” (2013, p. 38). É por meio desse poder que o homem, como figura suprema da família, exercia o patriarcalismo e com isso, subjugavam as mulheres (sejam elas de que etnia fossem), escravos, agregados, homens livres pobres, entre outros que giravam em torno do poderio desses homens poderosos de então.

Com isso, o Brasil se tornou um sistema marcado pela ordem patriarcal, que:

[...] exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de formas europeias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente. A casa-grande de engenho [...] não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova [...]: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos, seu patriarcalismo rural e escravocrata. (FREYRE, 2013, p. 35).

A casa-grande brasileira desse período, além das suas características ideológicas, constituía-se fisicamente de:

Cozinhas enormes; vastas salas de jantar; numerosos quartos para filhos e hóspedes; capela; puxados para acomodação dos filhos casados; camarinhas no centro para a reclusão quase monástica das moças solteiras, gineceu; copiar; senzala. (FREYRE, 2013, p. 43).

Contudo, as características físicas deste ambiente foram “expressão sincera das necessidades, dos interesses, do largo ritmo de vida patriarcal que os proventos do açúcar e o

trabalho eficiente dos negros tornaram possível.” (FREYRE, 2013, p. 43). De tal modo, pode-se afirmar que este espaço se encaixa perfeitamente com a ideologia patriarcal que predominava no momento, em que a casa-grande, localizada no centro da propriedade do senhor, refletia sua postura, como é o caso dos inúmeros quartos para os filhos, haja vista que a família patriarcal era constituída de muitos descendentes, o que representava orgulho ao patriarca, considerado assim, como grande progenitor. Quanto à reclusão necessária para as filhas solteiras, observa-se que a mulher, enquanto vivesse com os pais, deveria ter preservada sua honra, ao contrário do que acontecia com os filhos homens, que eram mais bem recebidos quando nasciam e viviam em completa liberdade moral e sexual.

Outro ponto constituinte da casa-grande eram as senzalas, que embora separadas fisicamente, faziam parte do poderio do patriarca, pois lá viviam os menos abastados social e economicamente, ou seja, os escravos, que eram o capital do soberano senhor e que serviam aos interesses deste apenas como mão de obra. Diante desta constatação, faz-se importante assinalar que algumas mulheres escravas serviam também ao serviço doméstico da casa-grande como mucamas das senhoras ou das meninas-moças brancas, como ama de leite e até, o que era bastante comum, como objeto sexual do patriarca. Isso acontecia, principalmente, porque com a mulher branca o homem não dispunha de tanta liberdade para realizar todos os seus anseios sexuais, pois esta servia primordialmente para o casamento e à procriação dos herdeiros legítimos.

Sobre essas considerações, faz-se importante tratar mais especificamente da formação da família patriarcal da época, cujo centro era ocupado pelo patriarca. Depois deste, vem a sua esposa, que dentro dos moldes do período, deveria ser branca, bem educada e de uma família respeitável. Seu papel era submeter-se ao marido, dando a ele certo *status* social, além, é claro, de educar os filhos. Estas mulheres deveriam:

[...] submeter-se, sem contestação ao poder do patriarca, aliando a ignorância uma imensa imaturidade. Casavam-se, via de regra, tão jovens que aos vinte anos era praticamente consideradas solteironas. Era normal que aos quinze anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas mães que se tornavam mães aos treze anos. Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido. (SAFFIOTI, 1979, p. 168).

Diante disso, verifica-se que a mulher desfrutava de pouca ou nenhuma liberdade em comparação ao homem, mesmo sendo de uma classe mais abastada social e economicamente. Sua vida circulava em torno dos mandos e desmandos do patriarca, seja ele primeiramente seu pai, ou posteriormente seu marido, o que não alterava sua condição de submissão. Com isso, a

mulher vivia presa aos padrões da sociedade e o casamento era seu único destino aceitável, pois, se ficasse “solteirona” sua reputação ficaria abalada e se tornaria um fardo ainda maior para a família. Antes do casamento, a mulher ficava “presa” dentro da casa-grande, sempre acompanhada dos mais velhos ou pelas mucamas, no intuito de ter conservada sua honra. Em contrapartida, o homem:

[...] devia ter agitada vida sexual antes do casamento, mantendo relações que, na maioria das vezes, continuavam após a união conjugal, geralmente com mulheres das camadas sociais pobres (escravas, empregadas, prostitutas). Ao marido era não só permitida, mas também muitas vezes incentivada de modo velado – como forma de reforçar sua virilidade perante a sociedade –, a manutenção de amantes eventuais e fixas. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 86).

Por conseguinte, a desigualdade de poder e direitos entre o homem *versus* a mulher era visível na sociedade. Quem tinha direito e voz era somente a figura do famoso senhor e, mesmo as mulheres sabendo desses desvios praticados por eles, sabiam elas que seu destino único era o casamento, que acontecia por interesses morais e econômicos, tanto da família quanto da sociedade. Dessa forma, era comum as meninas casarem com doze, treze anos, já que, depois dessa idade, “[...] não conservavam o provocante verdor de meninas-moças apreciadas pelos maridos de trinta, quarenta anos. Às vezes de cinquenta, sessenta e até setenta anos” (FREYRE, 2013, p. 429), patriarcas estes, que “[...] raramente tiveram a felicidade de se fazer acompanhar da mesma esposa até a velhice” (FREYRE, 2013, p. 443), haja vista que, pelos partos consecutivos, era comum as esposas morrerem cedo, deixando seus filhos aos cuidados das mucamas e o esposo livre para os próximos casamentos.

Portanto, “dentro da casa-grande, por conseguinte, o patriarca era o ponto de referência em relação ao qual se determinavam as funções que cada membro deveria desempenhar.” (REIS, 1987, p. 27). Isso exemplifica as características do patriarcalismo e da sociedade da época, que se delongou até o fim do século XIX, mas que conserva características presentes até hoje em comunidades mais resistentes à modernização da sociedade.

Com base nestas observações, ressaltam-se que as obras *Lucas Procópio e Um cavaleiro de antigamente*, objetos deste estudo, retratam, aproximadamente, o período de meados do século XIX ao início do século XX, que já se aproxima do término da escravidão e conseqüentemente da perda gradual de poder econômico, social e político dos grandes senhores do engenho. De tal modo, muitas das características descritas acima sobre a casa-grande podem ser relacionadas e endossadas com o conteúdo presente nestas duas obras,

principalmente a questão da formação da família brasileira, o patriarcalismo e a condição da mulher nesta fase.

### 3.2 O PATRIARCAL A PARTIR DAS DEFINIÇÕES DE *NÚCLEO* E *NEBULOSA*

Roberto Reis (1987), na obra *A permanência do círculo*, faz um estudo de alguns romances brasileiros, relacionando seus personagens e suas características hierárquicas, que contribuirão, fundamentalmente, para um aprofundamento do conceito de patriarcalismo e sobre a questão do poder. Em seu livro, ele analisa dois importantes termos oriundos do pensamento de Caio Prado Júnior, tratados na obra *Formação do Brasil contemporâneo*, que se intitulam *núcleo* e *nebulosa*. Reis salienta que esses dois conceitos do famoso pensador resumem as metáforas de compreensão da sociedade colonial: “[...] existe um núcleo central organizado, cuja coerência é dada pelo sistema escravocrata; e em torno deste núcleo, disposta mesmo em seus interstícios e sofrendo sua influência, uma nebulosa social incoerente e desconexa.” (1987, p. 31).

Além dessas terminologias, Reis utiliza nos seus estudos os termos *centro* e *círculo*, oriundos das pesquisas efetuadas por Octavio Ianni. Para estabelecer uma relação entre os vocábulos empregados por Ianni e Prado Júnior, Reis cria uma distinção entre estas terminologias e associa-as aos integrantes da sociedade da época colonial: patriarcas, mulheres, escravos, índios etc. Para melhor exemplificar, o estudioso afirma que “no centro ou núcleo está a figura do senhor e patriarca, junto com os que habitam a casa-grande. Na nebulosa ou periferia, a bem dizer, todos os restantes” (REIS, 1987, p. 32), ou seja, o poder hierárquico está nas mãos do patriarca, que integra o núcleo deste círculo, formado também pela nebulosa, onde se encontram os sujeitos marginalizados étnico e socialmente neste período.

É no núcleo que o poder se encontra, e são “[...] os figurantes do núcleo senhorial que exercem domínio sobre os da nebulosa.” (REIS, 1987, p. 32). Portanto, como já afirmado anteriormente, o homem, na condição de patriarca, exercia poder sobre tudo e todos, e esta posição, como será vista adiante, está muito bem representada por Lucas Procópio, presente nas obras aqui analisadas.

Além disso, por meio dessas definições, é possível novamente fazer uma analogia da organização da sociedade da época, porém, não mais em forma de pirâmide, como já

mencionado, mas, em forma de círculo, com distinções e distâncias claras. Dessa forma, o núcleo ou centro é o local de força maior, da casa-grande, ocupada por poucos, já a nebulosa, é constituída por tudo aquilo que se configura ao seu redor, o restante deste círculo, com maiores proporções, haja vista que quase toda a sociedade integrava esta distinção. Segundo Reis, as figuras pertencentes ao centro dominante estão constantemente delimitando a fronteira que barra a ascensão social dos integrantes da nebulosa, sublinhando a hierarquia que os divide e a inferioridade social que os distancia (1987, p. 35-36). Dessa forma, com distinções claras entre os integrantes de cada espaço, é praticamente impossível haver mudança nas posições ocupadas por cada indivíduo nesta sociedade.

Contudo, o ensaísta destaca que mesmo havendo uma distância e uma separação clara entre os integrantes de cada espaço, alguns personagens marginalizados socialmente buscam uma aproximação com o núcleo, com o objetivo de desfrutar certos privilégios que os ocupantes do centro gozam. Isso acontece porque “a vizinhança do centro eleva socialmente, ao passo que a distância inferioriza.” (REIS, 1987, p. 33). Enfim, na época escravocrata brasileira, muitas pessoas pertencentes à nebulosa, como escravos(as) e mulatos(as), buscavam e se dedicavam à proximidade com a casa-grande, com o senhor e sua família, trabalhando como domésticos(as), cozinheiros(as), amas de leite, mucamas das sinhás-moças etc., e com isso geralmente tinham uma vida melhor que a dos escravos(as) que viviam nas senzalas.

Também, é importante destacar que as mulheres brancas de classe social elevada normalmente eram pertencentes ao núcleo do círculo, já que habitam a casa-grande junto com o patriarca. Contudo, não deixam de submeter-se ao poder masculino, “porque, sendo a sociedade masculina, a mulher tende a ser recalcada.” (REIS, 1987, p. 41), ou seja, inferior ao homem em todos os sentidos. Mais que isso, é fundamental frisar que seu lugar ao centro depende de um casamento, quase sempre arranjado, com um grande senhor proprietário de terras, bem como depende da sua aceitação aos padrões esperados da mulher da época, pois, “[...] a personagem mulher será impedida de circular no centro toda vez que trazer uma marca que a inferiorize socialmente.” (REIS, 1987, p. 41). Assim, muitas mulheres brancas viam-se “obrigadas” à condição conjugal, aproveitando o mínimo poder que a condição de mulher lhes oferecia, igualando-se assim às mulheres de outras etnias: sob uma ótica metafórica, eram tornadas escravas de seus senhores, o que não inviabilizava que muitas vezes tal situação fosse evidente denotação no cotidiano dessas mulheres de então.

Com relação às mulheres negras ou mulatas, verifica-se que estas almejavam a proximidade com o núcleo, valendo-se muitas vezes das relações carnais que aconteciam

entre estas e os seus senhores. Isso era comum na época, uma vez que o patriarca era o proprietário dos seus escravos, o que garantia a ele o direito de fazer o que bem lhe aprouvesse com seus “bens ou objetos”. Com essa relação verticalizada, estas mulheres utilizavam seu corpo como moeda de ascensão social e como uma forma de aceitação de uma violência consentida que há muito acontecia na relação senhor-escravo.

Por fim, salienta-se que este capítulo serviu para explicar brevemente a história da colonização brasileira, focando na formação da família colonial, no patriarcalismo e nas relações que se estabelecem entre o homem e a mulher da época, sendo este último assunto discutido melhor e exemplificado no capítulo que se segue. Ademais, confirma-se que toda essa contextualização contribuirá para a análise das obras já mencionadas e de seus respectivos personagens, que trilharam muitos dos comportamentos apontados até aqui.

## 4 CONTRASTES E RELAÇÕES ENTRE BRANCAS E NEGRAS DO BRASIL ESCRAVOCRATA

### 4.1 MULHER ESPOSÁVEL E MULHER COMÍVEL

Affonso Romano de Sant'Anna (1985), principalmente no capítulo “A mulher de cor e o canibalismo erótico na sociedade escravocrata”, do livro *O canibalismo amoroso*, retrata alguns conceitos importantes sobre a representação da mulher na literatura antes e após o Romantismo brasileiro, principalmente com relação à mulher de cor, sobretudo a mulata, e a mulher branca. Observa Sant'Anna em seu estudo que vigoravam práticas escravocratas que, furtivamente, marcavam, nalguns casos, a poesia dessa época. Segundo o autor, a mulher retratada na literatura passa pela conversão do espaço da visualidade para a oralidade, “oralidade aqui, como um impulso de incorporação do objeto do desejo.” (SANT'ANNA, 1985, p. 18), permitindo subsequentemente ao leitor a interpretação de uma espécie de jogo que se efetua entre a *mulher esposável* (branca) e a *mulher comível* (negras, índias e mestiças). Isso evidencia o problema do discurso da sedução e a violência sofrida pelas escravas.

Após o Romantismo, a mulher deixou de ser apenas retratada como a *mulher-flor*, visualizada e idealizada a distância, para tornar-se a *mulher-fruto* e até mesmo em *mulher-caça*, “[...] que o homem persegue e devora sexualmente” (SANT'ANNA, 1985, p. 22), com um caráter mais sensualista, oral, tátil e de agressividade. Nesse sentido, ocorre a passagem da mulher para ser vista, papel assumido pela mulher branca, à mulher para ser comida, em que a mulher negra em várias obras e poemas é descrita em meio a comidas e quitutes, ou ainda, em ambientes como a cozinha ou o pomar, espaços considerados de uso e circulação femininos.

De acordo com esse raciocínio, percebe-se que a *mulher-flor* seria a mulher branca, idealizada, comparada a um vegetal sensível, que exala um perfume, que deve ser visualizada a distância, como um objeto decorativo da casa-grande. Já a *mulher-fruto*, frequentemente representada pela mulata, é aquela que deve ter proximidade, que deve ser olhada, cheirada, apalpada, ouvida e degustada. Segundo este estudioso, “[...] é sintomático o fato de que os cinco sentidos do poeta se abram quando se trata de uma mulata, e que essa abertura seja bem menor quando se trata de uma mulher branca.” (SANT'ANNA, 1985, p. 26).

Como já mencionado anteriormente, na ordem escravocrata brasileira, quem detinha o poder eram os senhores proprietários de terras, que viviam nas casas-grandes e expressavam uma relação de desigualdade social, de poder, de sedução e violência sobre o gênero feminino, sejam mulheres brancas ou negras. Porém, com a mulher branca normalmente havia uma sedução “branca”, ou seja, idealizada, menos evidente, e com a mulher de cor havia uma sedução “vermelha”, que “passou à agressão física” (SANT’ANNA, 1985, p. 27), contudo, pode-se ressaltar que “[...] esse desejo oral pela mulher de cor é resultado da relação social e uma expressão de poder.” (SANT’ANNA, 1985, p. 24).

Nesse passado brasileiro, a mulata era vista como um ser inferiorizado, circunscrita ao “espaço do pecado consentido” (SANT’ANNA, 1985, p.27) e, por isso, era vítima de uma agressividade canibalesca e violenta por parte de seu senhor, que desde a adolescência exercia controle e dominava sexualmente suas “presas”, como animais que lhe pertenciam, já que a mulher branca quase sempre estava representada e relacionada à “virgem assexuada”. Enfatiza-se ainda que, nessa relação entre o homem branco e a escrava, “crueldade e prazer se mesclam” (SANT’ANNA, 1985, p. 28). Nesse sentido, Freyre também afirma que se fazia da negra ou mulata “[...] a responsável pela antecipação de vida erótica e pelo desbragamento sexual do rapaz brasileiro.” (2013, p. 455). Esse é um dos fatores que destacam a violência sexual exercida pelos senhores sobre as mulatas, pois eles, desde muito cedo, conviviam com este tipo de relação agressiva e desmoralizada, consentida e incentivada pela família, principalmente pelo pai.

Com uma ótica fundada na perversidade sexual, sobretudo contra a mulher de cor, Sant’Anna (1985) leva o leitor a entender também a diferenciação entre a *mulher esposável* e a *mulher comível*. A primeira remete à mulher branca, com uma boa educação, de condições econômicas similares ao do homem do mundo patriarcal, silenciada e subordinada, com ar humilde, que dará um *status* social ao seu esposo e servirá primordialmente para a procriação. Este exemplo de mulher, nas palavras de Lúcia Castelo Branco e Ruth Silviano Brandão (1989), é escolhida pelo homem de acordo com as ideologias arraigadas na sociedade da época, que apontará para a esposa modelar e ideal, sendo que, as expectativas principais é que ela mantivesse o equilíbrio doméstico. Rocha-Coutinho (1994) também afirma que as principais características do padrão de mulher da época eram “[...] beleza, elegância, adaptabilidade às circunstâncias, submissão, resignação e uma gama de prendas domésticas.” (1994, p. 81). Salienta-se que sua educação era fundamentada nos dotes domésticos, em rezas religiosas, na música, pintura, costura, bordado e, quando tinham sorte, aprendiam a ler e escrever dentro da casa-grande, com professoras particulares contratados para este fim.

Do outro lado, há a *mulher comível*, configuração de um ser inferiorizado, sem direito à educação nenhuma, vivendo a condição aviltante de cativa, circunscrita ao espaço do pecado, que é devorada sexualmente pelo seu senhor. Este julga que ela serve, sobretudo, para satisfazer seus desejos, fazendo do corpo dela o que melhor lhe aprouver.

Enfim, como figura não apenas para ser *pintada*, mas *sentida*, como criatura não para ser *esposável*, mas para ser *comida*, a mulata é o lugar recorrente do desejo imaginário escravocrata. Ela é o espaço mestiço onde a ideologia, também mestiça, exercita ambigualmente o jogo da sedução e da dominação erótica e econômica. (SANT'ANNA, 1985, p. 31, grifos do autor).

A partir dessas definições, analisou-se como acontece essa relação de dominação entre o senhor e a mulata, seu objeto erótico. Estigmatizada e aviltada, ela tem o corpo como seu único meio de ascensão social e, é tida como sedutora em algumas obras literárias, pois, na visão de alguns poetas, ela utiliza seu corpo para seduzir seu senhor ou feitor, tendo assim, certos privilégios diante dos que pertencem à mesma situação que ela. Além disso, pode-se destacar que a mulher de cor, ao contrário da branca, tinha mais liberdade para mostrar o corpo, se exibir, dançar etc., o que contribuía para a sociedade considerá-la uma sedutora, que muitas vezes, “[...] conduz o homem para onde ela quer.” (SANT'ANNA, 1985, p. 43).

Para melhor exemplificar as ponderações acima, observe-se a seguinte situação: ao seduzir seu senhor, a mulata acreditará ter um *status* social superior aos demais escravos, porém, ao fazer isso, ela estará mais sujeita ainda à dominação e à violência masculina. Ademais, essa relação entre senhor e escrava leva o homem a “[...] justificar-se perante si mesmo, convencendo-se de que a escravidão, afinal, não é tão má” (SANT'ANNA, 1985, p. 35), visto que ele acredita que a mulher encontra prazer nessas trocas eróticas, ou ainda, que se sente privilegiada por ter sido uma “escolha” do seu senhor. Assim, “não era o negro, portanto, o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores.” (FREYRE, 2013, p. 402).

Para comprovar esse argumento das mulatas utilizarem seu corpo como objeto de “ascensão social”, é importante retomar os termos *núcleo* e *nebulosa*, em que:

No centro – núcleo -, dominando, o senhor/o homem/o pai/o branco/o fazendeiro; na periferia – nebulosa – dominado, o escravo/a mulher/ o filho/o índio/o sertanejo (e poderia incluir o gaúcho, o jagunço). A relação entre núcleo e nebulosa é, fundamentalmente calcada na dominação. (REIS, 1987, p. 44).

De acordo com a citação acima, o patriarca encontra-se no centro e os demais na nebulosa ou periferia. Por conseguinte, a mulata, ao relacionar-se com seu senhor, busca uma

aproximação com a casa-grande e com o núcleo, para assim conseguir determinados privilégios sociais, pois, segundo Reis (1987), quanto mais próximo do centro, que é dominado pelo senhor, “[...] melhor a posição social do indivíduo na nebulosa, que envida seus melhores esforços para afastar-se do escravo (no último grau da escala), para distinguir-se dele.” (REIS, 1987, p. 33).

Inúmeras outras obras literárias retratam estes aspectos, em que vários escravos, crianças negras, mucamas, cozinheiras e amas de leite tinham muitos privilégios por estarem próximos ao núcleo, ou seja, por viverem na casa-grande. Afinal,

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. (FREYRE, 2013, p. 435).

Todavia, estas relações entre senhor e escrava geravam conflitos por parte das esposas dos senhores com as negras e mulatas, porque era comum seus maridos relacionarem-se com essas mulheres. Esses conflitos eram gerados pelo “[...] ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher. (FREYRE, 2013, p. 421). Isso causou às negras sofrimentos e castigos terríveis, muitas vezes levados a cabo até a morte.

Portanto, com base nas considerações até aqui apontadas, sobre o tratamento dado às mulheres, brancas ou de outras etnias, pode ser assinalado que,

Se da mulher branca se exigia uma série de “atributos femininos”, que assim definidos serviam para circunscrevê-la no espaço do ócio e não do negócio, no que se refere a mulher de cor a situação se repete com agravantes. Além de mulher, ela é preta. Quer dizer: escrava, subordinada duas vezes. (SANT’ANNA, 1985, p. 42).

#### 4.2 O CASAMENTO: UMA VIOLÊNCIA CONSENTIDA

Com relação às matriarcas do mundo senhorial, geralmente mulheres brancas, pode-se declarar que estão sob o total domínio hierárquico do homem. A mulher branca era inicialmente submetida aos poderes do pai e depois era uma moeda de troca ou um negócio realizado entre dois homens: o pai e o futuro marido. Além disso, “as meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos.” (FREYRE, 2013, p. 510). Mesmo possuindo algumas

regalias e maior prestígio social por ser branca, ou seja, de uma etnia pretensamente superior às demais, a mulher, não devia ter opinião própria, principalmente no quesito escolha do marido.

Outra característica importante para se ressaltar é a questão que a mulher branca, por ser normalmente de classe econômica mais elevada, quando casava possuía o dote, que o pai dava ao marido quando este ligava-se pelo matrimônio com sua filha. Isso demonstrava que “casamento não era um negócio entre o homem e a mulher, mas um negócio entre dois homens a respeito da mulher.” (SANT’ANNA, 1985, p. 42-43). Daí evidencia-se seu grau de subordinação.

Portanto, a vida inteira de uma mulher era dominada pela ordem patriarcal, praticada tanto pelo pai quanto pelo marido. Depois de casada, seu destino era o mesmo da mãe ou avó, ou seja, passar a vida enclausurada na casa-grande, cuidando dos filhos, subjugada às ordens do marido e silenciadas. De acordo com as autoras do livro *A mulher escrita*, além da palavra cassada, “as personagens femininas têm a vida cassada, de tal forma elas interiorizam uma linguagem que não é a sua própria, mas uma linguagem autoritária que as reduz inconscientemente ao silêncio.” (CASTELO BRANCO; BRANDÃO, 1989, p. 54).

Deste modo, a educação, os meios de comunicação e algumas modalidades de práticas médicas e psicológicas, entre outras agências sociais, produzem uma imagem feminina que, trancafiada no lar, em torno da família, se situa em uma posição de desigualdade em relação ao homem: desigualdade na distribuição do dinheiro, do poder, das responsabilidades domésticas, das opções de realização pessoal. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 59).

Mas, mais do que esse silenciamento e esse destino atroz, no casamento, no recesso das alcovas de antigamente, havia muita violência porque

O casamento, contudo, apenas organiza entre os senhores sua violência erótica. Violência dentro da mesma classe social entre homens e mulheres, violência que sobrepõe impunemente o senhor à sua “escrava branca”. De certo modo, o casamento é a parte legislada das violências eróticas. Ela passa a legitimar, juridicamente, o processo de dominação macho-fêmea, enquanto outra área permanece desguarnecida, escapando a ação policial, judiciária e eclesiástica, e que diz respeito aos escravos, vassalos e subalternos vários. (SANT’ANNA, 1985, p. 53).

Visto sob essa perspectiva, a violência difundida pelo homem colonial acontecia contra aquelas que, em tese, ocupariam o terreno da igualdade, graças à cor da pele e ao pertencimento às mesmas esferas econômicas e sociais. Este tipo de violência se evidencia pelo fato de a mulher branca estar inserida entre o contingente populacional mais carente, o

que permite que seja vítima do assédio masculino, “[...] porque pertencer à nebulosa torna-se característica que a iguala as mestiças.” (LIMA, 2013, p. 18-19).

Porém, mesmo em muitos casos sendo o matrimônio um símbolo da violência consentida, este também

[...] enobrecia a mulher e abria-se como a única possibilidade de ascensão social, em um tempo em que não eram permitidas às mulheres atividades que possibilitassem sua promoção por esforço próprio. Apenas através do casamento e da criação de uma família a mulher podia instituir uma área de atividade própria, ainda que esta área fosse carente de poder político e econômico. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 83)

Dentro dessa mesma perspectiva, a concretização carnal e o prazer sexual das mulheres eram altamente controlados pelas “leis” da sociedade, sendo que “[...] a homens permitia toda sorte de aventuras amorosas e da mulher se esperava pureza, recato e dedicação incondicional ao marido, à casa e aos filhos” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 84-85). A mulher branca “carregava o peso do pecado original e por isso, sobretudo sua sexualidade, devia ser vigiada muito de perto. (DEL PRIORE, 2011, p. 49).

O casamento era para as filhas mulheres algo que devia acontecer muito cedo, pois “[...] com filha solteira de quinze anos dentro de casa já começam os pais a se inquietar” (FREYRE, 2013, p. 429). Porém, para os homens abastados, o casamento se concretizava normalmente quando estes tinham idades para ser pai ou até avô de suas esposas virgens. No que concerne aos romances aqui estudados, o casamento de Isaltina e Lucas Procópio acontece da mesma forma, sendo ele um ser totalmente contrário ao que ela representa, a ponto de lhe causar repulsa. Em *S. Bernardo* (1934), romance de Graciliano Ramos que destaca a relação patriarcal brasileira, isso também acontece com o narrador-protagonista Paulo Honório, que se casara com Madalena, uma mulher 23 anos mais jovem que ele.

#### 4.3 O ESPAÇO OCUPADO PELAS MULHERES

Segundo Roberto Damatta, em *A casa & a rua*, “[...] o espaço é demarcado quando alguém estabelece fronteiras, separando um pedaço de chão do outro.” (1997, p. 21). Diante disso, constata-se que, sobretudo na sociedade da época senhorial brasileira, distinguiam-se os espaços da rua e da casa, determinando quais sujeitos poderiam circular em cada ambiente e

quais características ou preconceitos fundamentavam seu comportamento como frequentadores de determinado local.

Sobre essa peculiaridade, é importante destacar o espaço que cabia às mulheres da época ocuparem literal e ideologicamente. Para as mulheres brancas e abastadas era comum a reclusão em suas casas, “repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda a sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada.” (DEL PRIORE, 2011, p. 49). Este isolamento em que estas mulheres viviam era quebrado apenas pelos “mascates, pelos vendedores, pelas negras ‘boceteiras’ e quitadeiras e, principalmente, pelo padre.” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 75), que impediam, em muitos casos, que essas mulheres enlouquecessem. Evidenciando isso, verificar-se-á que Isaltina foi “salva” pelo padre da comunidade, que a visitava constantemente e a proporcionava certos momentos de distração e conversa, sobre temas diversos, principalmente sobre arte e literatura, tão apreciados pela personagem.

A mulher branca estava totalmente circunscrita ao espaço privado, conservador, da casa e familiar. Este era “um espaço infenso ao tempo linear, onde as coisas [...] lá de fora, do mundo e da rua não atingem, com seus novos valores de individualização e subversão” (DAMATTA, 1997, p. 38). Neste espaço, cabia à mulher seguir seu papel de mulher e esposa ideal, cuidando dos filhos e do marido, pois

O mundo da rua (dos passeios, teatros e bailes), por exemplo, aberto incondicionalmente aos homens, só era permitido à mulher em ocasiões especiais e, mesmo assim, ela deveria estar sempre acompanhada de um homem – o pai, o marido, o irmão, o padrinho. Sem eles o espaço público era vedado à mulher, pelo menos àquelas que seguiam os padrões morais aceitos pela sociedade da época, as senhoras e senhoritas ou sinhás e sinhazinhas. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 85).

Além do mais, as mulheres da época viviam em fazendas muito distantes da cidade, do espaço público, o que dificultava sua locomoção até este ambiente ou, se isto acontecia, sempre raramente, a mulher deveria estar acompanhada. Um fato que também contribuía para o enclausuramento da mulher eram as gestações e os partos consecutivos, que as deixavam de resguardo por longos períodos. “Mas este isolamento era, também, resultado da opressão do homem, sexo forte, sobre a mulher, sexo frágil – numa tentativa de preservá-las das ‘tentações’ externas” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 73), haja vista que o espaço público era concebido como de grande liberdade.

Sob esta perspectiva, o espaço público (ou da rua) era destinado aos homens, pois “afora a virilidade, que é um dado natural, os demais atributos masculinos são sociais:

responsabilidade, autoridade, austeridade. Provedor da casa, seu espaço próprio é o público: o mercado e a política.” (CHAUI, 1984, p. 135). Também, de certa forma, este espaço era ocupado pelas mulheres de outras etnias, que se viam muitas vezes obrigadas a frequentá-lo, já que nele faziam as compras para a casa-grande, vendiam inúmeras coisas, desde comidas e frutas, até grandes peças de rendas fabricadas pelas sinhás. Dessa forma, mesmo tendo maior liberdade em relação às mulheres brancas, ao frequentar o ambiente público, as mulheres de cor eram cada vez mais desmoralizadas e vítimas da agressividade moral e física dos homens, praticada, muitas vezes, neste espaço de “liberdade”.

Ademais, “[...] é na rua que devem viver os malandros, os meliantes e os marginais em geral – ainda que esses mesmos personagens em casa possam ser seres humanos decentes e até mesmo bons pais de família.” (DAMATTA, 1997, p. 39). Neste trecho comprova-se o contraste entre estes dois espaços, onde a casa é vista como uma espécie de santuário de preservação de costumes e da honra íntima da família e a rua é o local da depravação e da liberdade. Daí a mulher branca ser malvista quando frequentava este ambiente marcadamente masculino.

Portanto, no âmbito das aparências, a mulher de cor até tinha mais liberdade em relação à mulher branca sob alguns aspectos, contudo, por ser etnicamente inferiorizada, sua situação se repete com agravantes, pois “com efeito, cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual.” (SAFFIOTI, 1979, p. 164). Assim, seus direitos se reduziam a praticamente nada. Restava, pois, não raras vezes, aceitar esse sistema de dominação empregado não só pelo homem, mas por toda a sociedade.

Portanto, neste período a sociedade:

[...] é concebida como uma entidade especial. Um santuário, mais do que um local de lutas e discórdias. Um ninho, mais do que uma fábrica, onde as pessoas trabalham e vivem num tempo controlado por um dono, um patrão e uma lógica impessoal e sem controle. Um espaço infenso ao tempo linear, onde as coisas “lá de fora”, do mundo e da rua não atingem, com seus novos valores de individualização e subversão, a sua velha e boa ordem estabelecida pelas diferenças de sexo, idade e “sangue”. (DAMATTA, 1997, p. 38).

Diante das práticas ultrajantes efetuadas contra as mulheres de cor que a literatura capta frequente e subconscientemente endossa, percebe-se a sua importância para representar esses diferentes contextos da formação brasileira, bem como, para representar a história de luta e dificuldades que os marginalizados, como, por exemplo, as mulheres, principalmente as de ascendência negra, sofreram e vêm sofrendo até hoje.

## 5 PERSONAGENS MARGINALIZADAS

### 5.1 ISALTINA

Isaltina Sales Cota é uma das personagens analisadas neste estudo. Ela está representada nas obras *Lucas Procópio*, *Um cavalheiro de antigamente* e *Ópera dos mortos*, embora nesta última ela apareça de forma esporádica. Esta personagem era a filha caçula de Cristino de Almeida Sales, um político muito prestigiado de meados do século XIX, deputado à Constituinte do Império no Rio de Janeiro.

Isaltina teve educação esmerada, foi criada na Corte, ia com o pai, o barão das Datas, ao paço de São Cristóvão no dia do beija-mão do imperador, frequentava os melhores salões do Rio de Janeiro, as temporadas líricas e teatrais, onde brilhava não só pelos ricos vestidos e jóias mas por sua grande beleza; apesar de que ainda muito menina, aparentava ser moça feita. Quanto o pai de Isaltina, Cristino de Almeida Sales, perdeu pela primeira vez uma eleição de deputado (não se elegeria nunca mais, tomou horror à política), é que a família voltou para Diamantina. (DOURADO, 2001, p. 10).

A personagem perdeu a mãe muito cedo e foi praticamente criada pela escrava Joana, que ela ganhou quando nasceu e que a acompanhou por toda a vida. Isaltina, desde cedo, recebeu uma educação que era privilégio de poucas mulheres na época. Teve várias professoras que lhe ensinaram muitas coisas, entre elas a leitura, que logo tornou-se paixão pela literatura, virando apreciadora dos romances e folhetins em voga no período. Lia muitos romances, um deles foi *Madame Bovary*, “nunca porém o coração de Isaltina bateu tão forte como quando leu o romance de Flaubert. Quantas horas maravilhosas, quantas emoções sublimes. Contudo, por conta disso [...] teve, por conta própria, de se confessar e fazer muitas penitências.” (DOURADO, 1985, p. 88). Além disso, Isaltina logo criou gosto por outras coisas da “esfera” feminina, como os versos, a dança e a música, tocando pequenas peças de Mozart e Schumann, “gostava mais de Schumann, seus prelúdios, sonatas e baladas eram mais de acordo com a sua alma romântica [...]” (DOURADO, 1985, p. 89).

Até a adolescência viveu na Corte, uma das maiores cidades do Brasil, desenvolvida socioeconômica e culturalmente. A situação monetária da família era favorável, além disso, viviam na presença de pessoas importantes da sociedade, prestigiando eventos culturais e

frequentando bailes, saraus e festas em grandes salões da cidade. Nessa fase, a personagem teve suas primeiras “experiências amorosas”, se assim se pode afirmar:

Tinha doze anos, mas já a buscavam olhos mais persistentes e sanhudos. Ela era uma menina muito bonita, e quando via que os olhares masculinos eram mesmo para ela, se sentia tão perturbada que não conseguia parar neles os seus olhos por muito tempo, punha-os no chão, corava a ponto da avó notar. (DOURADO, 1985, p. 90).

Como se observou, mesmo sendo muito bem letrada e vivendo em uma cidade desenvolvida se comparada às cidades interioranas, a personagem carregava o “recato” que cabia às mulheres da época. Sentia-se envergonhada na presença de homens e até mesmo a leitura do romance de Flaubert a fez sentir-se culpada por suas emoções terem aflorado. Isso acontecia porque a mulher da época não deveria expressar seus sentimentos mais íntimos, muito menos sua sexualidade, “[...] e, quando parece fazê-lo, isso ocorre num espaço de exclusão e culpa, pois ela feriu a “boa consciência” social.” (CASTELO BRANCO; BRANDÃO, 1989, p. 50). Suas primeiras paixões foram breves, mais idealizadas do que concebidas realmente, sendo a primeira com o Visconde de Bauru, com quem trocou inúmeras cartas de amor, até que estas foram se extinguindo. Depois desse malogro, sua outra paixão foi pelo jovem Miguel, que acabou casando com a sua irmã, Lucinda. Porém, ao contrário do que se imagina, seu pai:

O barão, homem de rigor antigo, apesar dos planos de casar as filhas em famílias ricas capazes de ajudá-lo financeiramente, no capítulo erótico caseiro não era tão liberal como na política. Não as deixava namorar sozinhas, sempre havia um irmão ou alguém de confiança a acompanhá-las nas festas e passeios. [...] E seja dito em seu louvor, era dos mais liberais patriarcas da cidade. (DOURADO, 1985, p. 95).

Mesmo dando certa liberdade às filhas, pela sua formação e pelo posto que ocupava, o barão conservava o caráter patriarcal que o formou e que formou toda a sociedade do período até então vigente. Ademais, via o casamento como algo fundamental para as mulheres, que devia acontecer cedo. Além disso, o barão demonstrava seu interesse financeiro com o matrimônio das filhas, pois depois que abandonou a política e foi viver em Diamantina, suas finanças decaíram significativamente.

Foi nesse período de grande crise econômica para a família Almeida Sales que apareceu em Diamantina um homem que aparentava ter muito dinheiro, “não era bonito, pelo contrário, tinha o cenho carregado, as sobrancelhas grossas, o nariz grande, meio grisalho.” (DOURADO, 1985, p. 97). O barão das Datas, ao ver que aquele cavaleiro havia passado algumas vezes pela casa e ficara olhando a filha que se encontrava na janela, foi procurá-lo na

cidade para saber quem era e buscar mais informações a seu respeito, para, quem sabe, “arranjá-lo” para a filha. Esta prática endossa a afirmativa de Saffioti de que “os valores grupais e razões de ordem econômica impelem tanto os homens quanto as mulheres ao matrimônio.” (1979, p. 183).

Contudo, Isaltina odiou aquela figura masculina, com porte totalmente o contrário do caráter romântico que ela almejava encontrar: “Um desconforto, uma náusea só de pensar aquele homem cortejando-a. Muito mais velho do que ela, não se enxergava? Uma tristeza a gente estar sujeita a essas coisas. A posição da mulher, sempre pior que a do homem.” (DOURADO, 1985, p. 97-98). Nestas observações, ela faz importantes reflexões sobre a posição da mulher nesse período, que se via obrigada a receber cortejos de homens que tinham idade para ser seu pai. Isso demonstra que o gênero feminino tinha consciência, normalmente, das desigualdades que as acometiam e o caráter de inferioridade atribuída à mulher em relação ao homem, sempre sujeita e subordinada a este. Depreende-se, demais, dessa postura feminina, a ótica de Autran Dourado, que, por meio desses romances, pôs em evidência que a mulher já estava questionando certos padrões comportamentais enraizados na sociedade.

Não demorou muito para o forasteiro, Lucas Procópio, frequentar a casa do barão e pedir a filha em casamento. Isaltina foi muito relutante em aceitar, pois mesmo sendo um grande fazendeiro, produtor de café em Duas Pontes, no interior de Minas Gerais, este homem não tinha refinamento, seu comportamento era primitivo, não sabia se vestir decentemente, não apresentava ter educação nenhuma e sua linguagem era arcaica demais. Porém, para não desgostar o pai, acabou cedendo e aceitando o pedido de casamento, imaginando que talvez conseguisse mudar a rudeza do futuro marido: “Ela ia ter muito trabalho com ele. Já se decidira a aceitá-lo (não havia outro jeito), o melhor era transformar a obrigação em gosto, melhorá-lo.” (DOURADO, 1985, p. 101).

Na análise de Lucas Procópio, pode-se afirmar que este veio para Diamantina com a única intenção de encontrar uma mulher “decente”, que servisse para o casamento. Ele já tinha idade suficiente para isso, precisava garantir herdeiros para suas posses e uma esposa respeitável lhe daria um *status* melhor como grande proprietário de terras, assim como, as núpcias o deixaria mais bem visto perante a sociedade, pois tinha má fama pelo seu comportamento rude e violento, principalmente nas relações com pessoas de classe inferior a dele e pelas constantes bebedeiras.

Lucas Procópio não procurou especialmente Isaltina, para ele qualquer uma servia, desde que fosse pessoa de classe alta. A donzela sendo de casta, melhor ainda; ele queria era ser bem aceito pela sociedade de Duas Pontes, que não o via com bons olhos desde quando ele chegou no município. (DOURADO, 2001, p. 9).

Dessa forma, quando conheceu Isaltina, logo quis concretizar o matrimônio, pois ela representaria a típica *mulher esposável*, retomando a definição dada por Sant'Anna (1985). Ela pertencia a uma etnia considerada privilegiada, provinha de uma família respeitável e distinta socialmente, tinha uma excelente educação, era fina e requintada. Assim, quando trouxesse a esposa para Duas Pontes, ou, seu novo “objeto” decorativo, ele se tornaria um patriarca invejado, porque naquela cidade não havia mulheres de semelhante casta.

Após Isaltina aceitar o pedido de casamento, que deveria acontecer o mais rápido possível a pedido do coronel, chegaram aos ouvidos da noiva histórias vividas pelo futuro esposo de que ele relacionava-se sexualmente com negras, mulatas e prostitutas. Além disso, diziam que vivia bêbado, causando vexame na rua, sem preocupação nenhuma do que os outros, ou até mesma a noiva, iriam pensar a respeito disso. Face a essa situação vexatória, Isaltina não mais aceita o pedido de casamento, sentindo-se totalmente humilhada pelas ações de Lucas Procópio e pelo descaso que este demonstrou quando ela o indagou se fora verdade o que ouviu. Esta atitude do coronel comprova que ele concebe suas ações imorais como naturais pela posição que ocupa como homem e patriarca, pertencente ao topo hierárquico da sociedade nesta época.

Posteriormente ao rompimento do casal, Isaltina foi obrigada pelo pai – que ignorava os motivos pelos quais a filha havia terminado o noivado – a reatar o relacionamento e casar com Lucas Procópio. Mais que isso, para ele a “venda” da filha representaria sua salvação econômica, endossando a consciência masculina de então que a filha “permanecer solteira, além de pouco atraente e financeiramente inviável na maioria das vezes, implicava um desprestígio para a mulher.” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 83). Apreensivo quanto à não realização do casamento da filha com Lucas Procópio, Cristino Sales chegou até mesmo a apontar uma arma para Isaltina no auge de sua demonstração de poder patriarcal, pois, “a razão está do lado masculino, como aí está também o poder da palavra instauradora de toda uma ordem hierarquizada.” (CASTELO BRANCO; BRANDÃO, 1989, p. 61). Valendo-se desses meios violentos de convencimento, o barão das Datas conseguiu que a filha aceitasse o noivo novamente. Na arguta observação da personagem, “como uma escrava o pai a tinha vendido” (DOURADO, 1985, p. 102).

Esta ação realizada pela figura paterna era comum nesse período senhorial, pois este era o protetor do lar, que ditava as “leis” a serem seguidas, sem contestação, aos demais membros da família, já que, “até então, esposas e filhos se achavam quase no mesmo nível dos escravos.” (FREYRE, 2013, p. 509). Todavia, ao contrário do que se imagina, Isaltina não ficou magoada com a ação do pai, continuou a amá-lo da mesma maneira, o que demonstra “[...] que da palavra cassada, as personagens femininas têm a vida cassada, de tal forma elas interiorizam uma linguagem que não é a sua própria, mas uma linguagem autoritária que as reduz inconscientemente ao silêncio” (CASTELO BRANCO; BRANDÃO, 1989, p. 53-54). Assim, continuam suas vidas silenciadas e subjugadas cada vez mais às determinações masculinas, que após o casamento, se concretizam no poder da palavra do marido. Além disso, o casamento era praticamente um negócio realizado entre dois homens, o que fazia da mulher um objeto, sem voz, diretos, autonomia, liberdade etc., que acabava igualando-a, por ser de um gênero considerado inferior, à condição de escrava.

Após a festa de casamento, “naquela mesma noite Isaltina iniciaria a sua longa infelicidade, o seu caminho de pedras.” (DOURADO, 1985, p. 104). O primeiro ato de violência física e moral do marido contra a esposa foi na noite de núpcias do casal, pois a personagem, dentro da sua grande ingenuidade como mulher, nada sabia sobre sexo, nunca tinha visto um homem nu, de acordo com o pensamento da época que estipulava que “as mulheres casaduras deviam se abster de qualquer espécie de experiência sexual antes do casamento.” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 85).

O coronel lhe desabotoava o vestido, mas na aflição e desajeitadamente, em desespero, lhe rasgava as vestes. Não, assim não! Tenho medo, não quero! dizia ela. Um carinho ao menos...

Não completou a frase, violentamente ele lhe rasgou o vestido, o corpete. Ela procurava proteger a nudez, se debatia, ele não a soltava. Eu vou gritar, disse ela. Ele então segurou-a pelos ombros, jogou-a na cama. Não caiu sobre Isaltina como ela esperava. Foi se afastando e disse se esfregue, mulher de merda! Se vestiu apressadamente. Ao sair, bateu com força a porta.

Para proteger sua nudez e humilhação, ela apagou o castiçal. No escuro, era um bicho trevoso, enrolado sobre si mesmo. Na posição fetal, se protegia de braços, de forças invisíveis e destruidoras. (DOURADO, 1985, p. 105).

Como pôde ser observado no trecho acima, a violência da figura do *pater-familias* já acontece na primeira noite em que o homem tem “posse” da mulher. Essa violência erótica e social sobre a mulher era totalmente consentida, pois esta devia cumprir seu “dever” como esposa, satisfazendo os anseios sexuais do marido. No matrimônio do coronel e Isaltina, acontece diversas vezes este tipo de abuso, pois a esposa o “recusa” em muitos momentos,

sendo que, até mesmo os filhos são consumados nestes atos depravados do patriarca. Em uma conversa com o padre de Duas Pontes, Lucas Procópio chega ao ponto de falar para ele explicar à esposa que ela deve cumprir suas “obrigações de Estado” ou “deveres de mulher”, que até a Igreja prega. Mais que isso, a mulher branca era vista no período colonial como “um mecanismo criado por Deus exclusivamente para servir à reprodução. Assim como a pluma do poeta ou a espada do guerreiro, ela era só um instrumento passivo do qual seu dono se servia.” (DEL PRIORE, 2011, p. 83).

Isso evidencia que há muito tempo a mulher vem sendo vítima de uma sociedade (Estado, Igreja, medicina, família etc.) que a subjuga a tudo em relação ao homem, que a rebaixa e a oprime ao nível de um objeto deste. Ademais, “o fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a autoridade.” (DEL PRIORE, 2011, p. 45-46). Logo, se constrói uma identidade feminina “que a sociedade patriarcal inventou para as mulheres, moldura estreita e artificial na qual trata de encaixá-las à força, é transmitida através de um discurso ideológico que permeia todos os aspectos de nossa cultura.” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 52). Ideologia esta que prega como naturais os comportamentos que a mulher deveria desempenhar como mãe e esposa e que, se não cumpridos na íntegra, a desmoraliza e a exclui da situação estigmatizada que já se encontra.

Retomando a análise da vida conjugal de Isaltina, é importante salientar sua chegada à fazenda do esposo e sua vida neste espaço rural. Pode-se afirmar de forma genérica que o início do casamento foi feliz, sem maiores conturbações. Logo que chegou à cidade do esposo, a mulher causou admiração em todos que ali viviam: “Dava gosto ver dona Isaltina, finura assim a gente nunca tinha visto antes na cidade.” (DOURADO, 2001, p. 9). Contudo, a personagem logo se viu desgostosa com a pacata vida na fazenda, “não tinha quase nada a fazer no casarão enorme. Para não cair no tédio pecaminoso, na vida ociosa, resolveu dirigir a alimentação da escravaria do eito, se interessar pela direção da casa.” (DOURADO, 1985, p. 110).

Nesse sentido, verifica-se que as mulheres não participavam de nenhuma esfera social, a não ser a privada, familiar, com as ocupações acima descritas. Ademais, “a nenhuma delas é possível sair de seu espaço fechado para investir seu desejo num mundo mais amplo do trabalho e da realização pessoal” (CASTELO BRANCO; BRANDÃO, 1989, p. 55-56), revelando que a sua condição não permitia qualquer participação na vida pública, em negócios ou decisões maiores. Isso produz:

[...] uma imagem feminina que, trancafiada no lar, em torno da família, se situa em uma posição de desigualdade em relação ao homem: desigualdade na distribuição do dinheiro, do poder, das responsabilidades domésticas, das opções de realização pessoal. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 59)

Contudo, como uma figura de casta que vive na casa-grande, pertencente, de certa forma, ao *núcleo*, conforme observa Reis (1987), ela desfruta de uma vida tranquila, longe do trabalho árduo exercido pelas mulheres de outras etnias, cheia de luxos e regalias que a posição social lhe permite usufruir. Isaltina, por exemplo, tem certa autonomia na direção do trabalho doméstico e, quando engravida do primeiro filho, torna-se mais ociosa ainda, pois o marido a proíbe de qualquer esforço físico, temendo que ela viesse a abortar e, assim, acabar com o sonho do patriarca de ter um herdeiro.

No entanto, ao contrário do que o patriarca imaginava e queria, o primeiro filho do casal foi uma menina, o que o fez sentir antipatia pela esposa e voltar a procurar suas amantes, afirmando que “se tivesse sido homem o rebento, é capaz de que as coisas teriam vindo a ser outras.” (DOURADO, 1985, p. 114). Além disso, Lucas Procópio não demonstrava afeto nenhum pela filha, nem preocupação com a sua educação, que, como já era costume, foi delegada à mãe.

Depois do nascimento da filha, que foi uma decepção para o patriarca, o casal se distancia quase completamente. Entretanto, num de seus arroubos de violência sexual, Lucas Procópio, valendo-se do consentimento social dados aos homens por ser ocupante do topo hierárquico do poder, engravida novamente a esposa. O coronel torna-se “temeroso e preocupado com o futuro nascimento de um herdeiro para continuar sua linhagem, no qual incutiria toda a sua primitiva nação de homem, ele passou a ter maior cuidado com ela, não mais a assaltava na escuridão do quarto.” (DOURADO, 1985, p. 130). Aliás, após o nascimento do filho, que passou a chamar-se João Capistrano Honório Cota, Lucas Procópio preocupou-se inteiramente com a educação do filho, “queria para ele uma natureza dura e forte como a dele, que pudesse prosseguir com a mesma dureza e força que ele os seus negócios, lhe ampliando o poder e lhe dando glória.” (DOURADO, 1985, p. 152).

Novamente ocorre o distanciamento do casal, Isaltina passou por muitos problemas de saúde. Estes aconteceram devido, principalmente, à solidão em que se encontrava, sem motivo aparente para viver e pelo desgaste emocional que as atitudes violentas e depravadas do marido lhe causavam. Ele bebia demais, praticava inúmeras maldades com ela, com os seus escravos e ainda, desfrutava sexualmente, de forma desinibida, de suas escravas e mulatas. Estas atitudes revelam que, Lucas Procópio, como pertencente ao núcleo, tem poder

sobre tudo e todos, subjugando todos aos seus domínios. Além disso, suas ações também revelam:

[...] o quanto a sociedade aqui abarcada é repressora e autoritária, hierárquica. Privilegia a alma e o homem, e sufoca o corpo e a mulher. Só ao homem é facultado o trânsito entre os dois pólos, entre a castidade e o gozo. Por isso, a sociedade é masculina.” (REIS, 1987, p. 40)

Com o padecimento de Isaltina, quem começa a frequentar a casa-grande é o padre Agostinho, haja vista que este tinha permissão moral da sociedade para frequentar o recinto privado da família, do qual a mulher dificilmente saía. Mas, mais que isso, sua presença era permitida porque era necessário que a mulher branca fosse um exemplo de castidade e religiosidade, seguindo perfeitamente os padrões pregados pela religião.

Esta aproximação com uma pessoa culta, distinta, amante de literatura e música fez Isaltina recuperar a vitalidade, voltar a tocar piano e “[...] cumprir os seus deveres religiosos com assiduidade e devoção.” (DOURADO, 1985, p. 131). Ao padre ela fazia visitas constantes, que aconteciam sempre na companhia da escrava Joana, pois à mulher da esfera patriarcal não foi permitido sair desacompanhada, nem ficar sozinha na presença de um homem, mesmo que este seja um clérigo. Dessa forma, os dois se tornaram grandes amigos e confidentes, pois, além de tudo, compartilhavam de uma educação similar e de gostos iguais pela arte. Dessa maneira, a partir de uma amizade pura e elevada, surgiu um relacionamento amoroso entre os dois, seres frágeis e expostos a todo tipo de violência que a figura patriarcal de Lucas Procópio poderia exercer, caso descobrisse a traição. Contudo, “Na época colonial a mulher arriscava-se muito ao cometer adultério. Arriscava, aliás, a vida, porque a própria lei permitia que achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a esposa como o adúltero.” (DEL PRIORE, 2011, p. 59)

O relacionamento não durou muito tempo e aconteceu de forma praticamente idealizada, sem prova evidente de concretização carnal entre o casal. Um amor dentro da moldura romântica, longe da perversidade e da indiferença que a personagem estava acostumada no convívio com o perverso marido. Este caso amoroso era como os que Isaltina sonhava ter ao ler seus romances favoritos. Todos os encontros do casal aconteceram na Igreja, com a ajuda de Joana, que entregava as cartas dos dois e acobertava a relação, por amor e servidão à sua senhora, que a tratava muito bem e a enchia de regalias. Saffioti complementa esta última observação, ao afirmar que, “obviamente, havia aquelas que, com o auxílio de escravas, conseguiam levar a bom termo algumas aventuras amorosas. Todavia, é

preciso considerar as dificuldades impostas por tal empresa” (1979, p. 168), porque toda desconfiança possível recaí sobre a mulher, que era vigiada não só pelo marido, mas por toda a sociedade.

Todavia, não demorou para o coronel descobrir o relacionamento e, junto com quatro capangas, dar uma surra covarde e humilhante no padre, que, sem reação e em frangalhos, abandonou a cidade no dia seguinte. Segundo os olhares de Duas Pontes “[...] o coronel Lucas Procópio podia ter matado ou mandado matar dona Isaltina e o padre, não o fez isso a gente não sabia por quê.” (DOURADO, 2001, p. 42). Isso evidencia que o homem que suspeitasse da desonestidade da esposa teria direito até de matá-la para preservar sua honra, ao contrário da mulher, que tinha que sofrer calada as traições constantes do consorte.

Depois do castigo humilhante dado ao padre, foi a vez da esposa, que foi açoitada pelo patriarca, como uma escrava diante dos filhos:

A mais recuada e brumosa visão que João Capistrano tinha de sua infância (ele fez de tudo para esquecê-la e até certo ponto conseguiu) era a de uma figura grande forte e espadaúdo, de sobrancelhas grossas espetadas feito taturana, a barba comprida, as botas sujas de barro, vibrando um chicote no ar, descendo-o sobre sua mãe. Esse homem era seu pai, Lucas Procópio Honório Cota. (DOURADO, 2001, p. 7).

Depois deste acontecimento, Isaltina, totalmente humilhada e subjugada ao marido e à sociedade, que a via com olhos pecaminosos, pelos boatos que se seguiram, se fechou para o mundo, trancafiada no espaço privado, da casa, que cabia primordialmente à *mulher esposável* ocupar. Manteve-se firme e dedicada à educação dos filhos, infiltrada no seu mundo interior e, com o passar dos anos, “como Isaltina se amatronasse (belo produto da civilização e das artes), ganhou mesmo em sutileza aquela beleza viril das mulheres maduras, só para as raras, só para poucas.” (DOURADO, 1985, p. 151). Todavia, no decorrer do tempo, retomou suas relações com a cidade e conseguiu, a muito custo, transformar e diminuir um pouco da rudeza patriarcal do marido e de seus costumes. Isso a tornou, perante a sociedade, uma mulher admirável, já que ninguém imaginaria que o temido e perverso Lucas Procópio tivesse seu comportamento mudado.

Todavia, depois da morte de Lucas Procópio e na vida tranquila que a família Honório Cota levava, surge novamente, através de uma carta entregue a João Capistrano, a história de Isaltina e o padre Agostinho. Essa suspeita de uma infidelidade da mãe, vista até então pelo filho como um exemplo de mulher ideal dentro dos moldes da época, tira o sossego de João Capistrano, que busca a todo custo desvendar a verdade, para preservar a honra da família e da mãe. Isto demonstra que, mesmo em uma geração posterior, os padrões

patriarcais ainda se faziam presentes e incorporavam as ações dos homens, como figuras do centro familiar, incumbidos de zelar pela família, por sua honra e continuar a linhagem autoritária e hierárquica que vinha sendo praticada até então sobre as mulheres.

Este comportamento preconceituoso, que estigmatiza a mulher a condutas e padrões pré-estabelecidos e difundidos desde a época colonial, ainda está presente na sociedade, principalmente nas regiões mais pobres, cultural, social e economicamente. Infelizmente, ainda são incumbidos a muitas mulheres a educação dos filhos, o trabalho doméstico, a obediência ao pai ou ao marido.

Mais que isso, muitas mulheres ainda se encontram em desigualdade de condições de trabalho e remuneração em relação ao homem, desigualdade de oportunidades nas esferas sociais, educacionais e políticas. Também, são alvos constantes de violência por parte do gênero masculino, assim como, culpadas e discriminadas por escolhas conjugais, abortos e por comportamentos considerados ideologicamente incompatíveis para este gênero. Portanto, verifica-se que houve mudanças positivas com relação às desigualdades de gênero, à ordem patriarcal e a outras questões abordadas até aqui, mudanças estas que estão retratadas nas duas obras analisadas. Contudo, as consequências da ordem patriarcal ainda submetem a mulher à condição de inferioridade e subjagam-na à ideologia dominante, sendo alvo constante de preconceito e discriminação. Dessa forma, estudos como este, servem para revelar um caráter histórico e social que até hoje trazem consequências negativas às novas vidas e ideologias.

## 5.2 ADÉLIA

Adélia é uma personagem que aparece esporadicamente nas obras *Lucas Procópio* e *Um cavalheiro de antigamente*, contudo, sua importância neste estudo é a mesma atribuída à personagem Isaltina, haja vista que para a análise da ordem patriarcal e da condição da mulher na época colonial brasileira, é fundamental relacionar as duas personagens, assim como contrastá-las. Ambas as personagens apresentam muitas semelhanças, principalmente por serem de um gênero estigmatizado na época, e inúmeras diferenças, sendo a fundamental, baseada na questão étnica e social.

A respeito desta personagem só existe conhecimento de seu relacionamento com o Lucas Procópio, não se sabe seu sobrenome, sua origem realmente, sua história, cultura, idade, características mais íntimas, não há acesso à sua consciência e nenhuma parte do enredo é narrado sobre o seu ponto de vista. Isto difere da personagem branca e da maioria

dos demais, que possuem vozes narrativas em vários momentos nas obras. Mesmo assim, é possível traçar respeitáveis estudos acerca da sua representação e do contexto que a envolve.

Esta figura é apresentada nos romances como uma escrava alforriada do poderoso coronel Lucas Procópio, com quem ele mantém um relacionamento, baseado fundamentalmente na concretização carnal, que já ocorria antes mesmo de casar-se com Isaltina. A primeira vez que ela aparece na obra *Lucas Procópio* é quando a noiva Isaltina questiona o futuro marido sobre a veracidade das “conversas” que ela ouviu a respeito das relações que ele tinha com outras mulheres, principalmente com escravas. O patriarca responde sem contestação e de forma desinibida, demonstrando que sua atitude era normal dentro dos costumes do período, já que ele encontra-se em uma posição privilegiada, como homem: “É Adélia, comprei e alforriei, disse ele secamente, [...] É o meu feitio, disse ele. (DOURADO, 1985, p. 102-103). Por conseguinte, a mulata é considerada a causa da primeira intriga do casal.

Supõe-se que Lucas Procópio comprou a escrava ainda quando visitava Diamantina, pois logo após a chegada do casal a Duas Pontes, o coronel afirma que instalou Adélia na cidade, longe da esposa. Porém, no início do casamento, quando aparentemente encontrava-se feliz ao lado da esposa, que possuía muitos dotes em relação à negra, o poderoso coronel perdeu o interesse pela mulata. (DOURADO, 1985, p. 112).

Entretanto, após a primeira decepção com a mulher, o coronel “foi a Duas Pontes mas não ficou na casa de nenhum amigo, bateu foi na casa de Adélia, onde permaneceu quatro dias trancado com ela.” (DOURADO, 1985, p. 114). Contribuindo para a compreensão dessa passagem, Sant’Anna afirma que “a senzala e o corpo escravo, enfim, vão ser a válvula de escape das tensões acumuladas na casa-grande.” (1985, p. 52). Este tipo de relacionamento era bastante comum, principalmente entre escravas e grandes senhores proprietários de terra, que possuíam incomparável poder econômico e social. Era com as cativas que eles iniciavam suas práticas amorosas, incentivados pela família e, principalmente pelo pai e patriarca, pois era necessário que o homem branco mostrasse sua virilidade desde cedo, o que era motivo de orgulho.

[...] Em outros vícios escorregava a meninice dos filhos do senhor de engenho; nos quais, um tanto por efeito do clima e muito em consequência das condições de vida criadas pelo sistema escravocrata, antecipou-se sempre a atividade sexual, através de práticas sadistas e bestiais. As primeiras vítimas eram moleques e animais domésticos; mais tarde é que vinha o grande atoleiro de carne: a negra ou mulata. Nele é que se perdeu, como em areia gulosa, muita adolescência insaciável. [...] os pais, dominados pelo interesse econômico de senhores de escravos, viram sempre

com olhos indulgentes e até simpáticos a antecipação dos filhos nas funções genéticas [...]. (FREYRE, 2013, p. 455).

Além disso, os filhos dos senhores de engenho cresceram presenciando cenas de violência erótica, praticadas, normalmente, pelo próprio pai. Isso acontecia porque estas mulheres eram de classe inferior e como propriedade sua, além do trabalho escravo nas lavouras ou dentro da casa-grande, serviam, como se fosse algo considerado natural, para saciar os desejos do seu senhor.

Sublinhemos, aqui, a relação entre o erótico e o econômico [...]. O senhor usa o corpo do escravo não apenas como produtor de trabalho e reprodutor de mão-de-obra, mas como produtor de prazer. É um objeto altamente rentável no plano erótico e econômico. (SANT'ANNA, 1985, p. 50).

Além disso, as negras diferiam significativamente da *mulher esposável*, que devia ter sua virgindade e pudor conservados, a exemplo, segundo os preceitos morais do período, da máxima representação de castidade, a figura religiosa da Virgem Maria, que a Igreja Católica fazia circular, de modo a servir como uma espécie de paradigma ideológico a ser seguido pelas mulheres. Assim, o que se esperava dos casais brancos era “moderação, freio dos sentidos, controle da carne, [...] pois o ato sexual não se destinava ao prazer, mas à procriação dos filhos.” (DEL PRIORE, 2011, p. 52). Isso demonstra os fatores para a tamanha liberdade que os coronéis tinham com as mulheres de etnias inferiorizadas, pois com estas poderiam satisfazer todos os anseios sexuais que não concretizavam dentro da casa-grande, com suas esposas. Além disso, para eles era praticamente impossível evitar estas práticas imorais, com as quais eles estavam acostumados desde muito antes do casamento.

Dessa forma, Adélia nestas obras é representada como o objeto erótico do senhor, do qual ele se serve quando e quanto melhor lhe aprouver. Em nenhum momento é demonstrado qualquer sentimento afetuoso do patriarca pela mulata, ao contrário do que acontece com Isaltina. Assim, é possível considerá-la como uma representação da *mulher comível*, de que fala Sant'Anna (1985), afinal, segundo a voz do amante, Adélia, “[...] não possuía nenhum sutileza ou elaboração amorosa, mas lhe dava tudo o que pedia a sua natureza bruta de homem. Era uma mulata quente, fogaosa e arteira como poucas” (DOURADO, 1985, p. 114-115). Nesse sentido, ela acaba diferindo significativamente da idealizada e intocável mulher branca.

Por meio desse caráter sedutor que Autran Dourado, nas palavras de Lucas Procópio, atribui à Adélia, pode-se afirmar que a personagem conseguiu muitos privilégios em relação

aos que se encontravam na mesma situação dela quando escrava. O primeiro privilégio que lhe foi concedido pelo seu senhor foi a “liberdade”, através da alforria, depois disso, ganhou uma casa na cidade e era sustentada pelo amante, ganhando deste, muitos presentes, entre eles, jóias valiosas. Segundo Sant’Anna:

Enquanto mulher de cor, tendo uma dupla natureza, pode movimentar-se socialmente desde que mantenha sua duplicidade de caráter. Enquanto for *faceira* e *brejeira* conseguirá, através da docilidade, transformar-se de *escrava* em *rainha*. (1985, p. 41, grifos do autor).

Enquanto mantém, através da sedução, em muitos casos, esse relacionamento com o seu senhor, ela conseguirá manter-se em uma situação favorável, já que, pela sua classe étnica, não poderia esperar qualquer condição melhor de sobrevivência. Este papel de sedutora é geralmente atribuído à mulata ou à negra, sendo a mulher de cor contumazmente considerada culpada pela sociedade e pela família patriarcal pelos desvios sexuais do senhor. Contudo, o responsável por estes atos impróprios é o patriarca, e não a negra que está, desde muito tempo, à mercê das condições desvantajosas que a sociedade lhe impõe. Mais que isso, é “[...] o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número de crias possíveis.” (FREYRE, 2013, p. 399).

Assim, não se pode culpar a mulher de uma etnia tida como inferior pelas relações que ela tinha com os senhores, pois se não satisfizesse os interesses de seu dono por conta própria, seria obrigada a fazer isso de qualquer forma, já que era um capital dele. Para exemplificar, tomem-se alguns exemplos das violências praticadas pelo patriarca Lucas Procópio com seus escravos: “Isaltina [...] viu o marido esbravejando com uma menina preta de seus quatorze anos. Ela devia ter feito qualquer coisa que não lhe agradara, ele lhe chegava o chicote nas canelas e gritava salta crioula, salta crioula.” (DOURADO, 1985, p. 116) ou ainda, quando a esposa afirma que ele esteve com suas próprias escravas: “[...] estivera com mulher. Não era Adélia porém, não havia naquela mistura de perfume ativo e bodum. Agora só o cheiro ardido e nauseabundo de preto. Certamente com uma de suas negras.” (DOURADO, 1985, p. 117).

As relações de poder hierárquico que o homem exercia sobre a mulher de outra etnia eram baseadas nos seguintes tipos de violência: “A violência erótica complementa as violências racial, social e econômica. Há um sadismo ao mesmo tempo psicológico e social.” (SANT’ANNA, 1985, p. 46). No caso de Adélia, utilizando seu corpo como objeto erótico e

de ascensão social, ela conseguiu sua alforria, se é que se pode chamar isso de liberdade, já que, mesmo sendo “livre”, tinha obrigações e estava presa à figura do patriarca enquanto este a desejasse. Além disso, se fosse “descartada”, correria o risco de ser morta pelo próprio patriarca, viver como prostituta ou na miséria reservada aos negros que saíam do âmbito da casa-grande. Ademais, para a mulher negra subir socialmente, “é forçoso reconhecer que os homens lhe abriram e concederam este espaço de brejeirice e de sedução, como modo ambíguo e ilusório de pensar que na sociedade escravocrata ela tinha liberdade.” (SANT’ANNA, 1985, p. 42).

De certa forma, assegura-se que Adélia encontra-se próxima ao *núcleo*, onde figura o patriarca, e, conseqüentemente, está mais distante da *nebulosa*, local em que deveria circular, já que é de classe étnica e social considerada inferior, assim, desfruta dos benefícios que esta aproximação lhe permite. Portanto, tal situação corrobora que “[...] a ausência de dotes econômicos e sociais é compensada pelo dote físico. O corpo passa a ser moeda de ascensão social.” (SANT’ANNA, 1986, p. 44). Esta aproximação com a esfera mais privilegiada faz a mulata buscar distanciar-se dos que se encontravam na mesma condição que ela quando se encontrava na condição de escrava.

Isso é o que acontece também com a escrava Joana, mucama de Isaltina, pois ao desfrutar das mordomias da casa-grande, ou seja, do *núcleo* ou *centro*, e por possuir um bom relacionamento com sua sinhá, ela perde o contato com a sua cultura, com os de sua etnia e se sente superior aos demais escravos. De acordo com Freyre, esta aproximação com as figuras do centro familiar fazem “[...] os pretos e mulatos, em seu esforço de ascensão social, imitarem os senhores brancos e adotarem-lhes as formas exteriores de superioridade.” (2013, p. 540). Além disso, Joana chega a recusar a carta de alforria que Isaltina lhe ofereceu, pois para ela, ao viver na casa-grande, contando com a proximidade física e emocional com as figuras do centro hierárquico, ela desfruta de muitos benefícios que a sua condição de negra não poderia lhe atribuir, mesmo sendo uma pessoa “livre”.

Retomando a análise de Adélia, verifica-se que, ao manter um relacionamento com uma pessoa de classe inferior, o patriarca causava muitas discórdias no casamento, que é o que acontece na vida familiar do casal Honório Cota, pois o distanciamento dos cônjuges ocorre, principalmente, pelas traições do marido. Todavia, a negra também é responsabilizada pelas traições, mesmo sendo, geralmente, obrigada a “obedecer” às ordens do patriarca. Isaltina em vários momentos demonstra sentimentos violentos em relação à mulher com quem seu marido mantém outra relação. A primeira vez que isto é apresentado ao leitor, os leitores

são surpreendidos com o caráter ofensivo das considerações da personagem a respeito da mulata Adélia:

Entendendo a muda semáfora, ele disse está bem, estive com outra, quer saber o nome? Ela então falou, foi cortante, uma navalha afiada. Eu por acaso alguma vez procurei saber o nome de algum dos animais? [...] Muita antes de virem lhe contar, ela sabia com quem fora traída. Sabia sobretudo pelo olfato, por aquela mistura nauseabunda de bodum e perfume barato impregnada na roupa dele, jogada na cadeira: ela a pegava com a ponta dos dedos, tal o seu nojo.” (DOURADO, 1985, p. 116)

Neste trecho evidencia-se o comportamento violento que as mulheres brancas tinham com relação às negras amantes de seus maridos. Isaltina compara Adélia a um animal, o que comprova que as mulheres de cor não tinham valor nenhum dentro dessa sociedade marcadamente preconceituosa e discriminatória, em que era valorizado, sobretudo, quem fosse branco e tivesse poderes econômicos. Dito de outra maneira, mesmo que as mulheres em geral vivessem subjugadas à ordem masculina e patriarcal, havia nuances de valoração entre elas. Ainda que brancas se viam em uma situação similar a das negras, por serem ambas de um gênero inferiorizado, não poupavam as desafortunadas mulheres negras e mestiças de seu desmerecimento, de sua violência. Entretanto, uma das razões destes atos contra as escravas é a questão do silenciamento das mulheres brancas perante as inúmeras ações violentas e humilhantes dos seus maridos. Dir-se-ia uma válvula de escape para as senhoras de então. Incapazes de ter voz ativa frente ao marido, as sinhás-donas, as sinhazinhas, descarregavam seu descontentamento nas negras, as mais inferiorizadas nesse perverso universo feminino:

O isolamento árabe em que viviam as antigas sinhás-donas, principalmente nas casas-grandes de engenho, tendo por companhia quase exclusivamente escravas passivas; sua submissão muçulmana diante dos maridos, a quem se dirigiam sempre com medo, tratando-os de “Senhor”, talvez constituíssem estímulos poderosos ao sadismo das sinhás, descarregado sobre as mucamas e as molecas em rompantes histéricos. (FREYRE, 2013, p. 421)

A violência de Isaltina não chega a se concretizar fisicamente, o que aconteceu diversas vezes na época escravocrata, através de castigos brutais e cruéis, praticados pelas sinhás, que, ao exagerarem nos castigos, levavam, muitas vezes, as escravas à morte. Este tipo de ação foi muito evidenciado em livros, poemas, novelas e filmes que tratam do período colonial. Um exemplo disso é o filme americano *12 Years a Slave*, dirigido por Steve McQueen, ou no Brasil, *12 Anos de Escravidão*, lançado em 2013, que trata das práticas

escravagistas do sul dos Estados Unidos, mas que pouco diferem das realizadas no Brasil. Neste filme há uma representação muito verossímil do relacionamento conflituoso do casal branco, devido aos desvios eróticos do marido com uma serva. Consequentemente, sua esposa desconta toda a sua ira na escrava com a qual o marido vinha mantendo relações sexuais. Os castigos sofridos pela negra mostram-se sádicos e cruéis, deixando o espectador comovido com as cenas brutais de violência. Outro exemplo é o poema “Essa negra fulô” (1928), de Jorge de Lima, em que a mulher negra e de classe inferior é totalmente desmoralizada, principalmente pela sua senhora, que a acusa de ladra e faz inúmeras outras ofensas a essa mulher, caracterizada como um objeto sexual do qual desfruta o homem do mundo senhorial que é mencionado no poema.

Em geral, estas ações aconteciam por ciúme do marido, pelas práticas imorais deste para com suas esposas, assim como, pela “inveja” da liberdade que muitas escravas tinham em relação às mulheres da suposta etnia superior, pois os padrões comportamentais exigidos para as negras e mulatas diferiam significativamente dos da mulher branca. Ademais, podadas na proximidade do núcleo de representatividade que era ser a consorte do senhor, as mulheres abastadas só conseguiram exercer algum poder hierárquico sobre as mulheres de classe inferior, que se encontravam sócio, étnico e economicamente abaixo das senhoras.

Em outro momento na narrativa, Isaltina faz as seguintes considerações a respeito de Adélia e do seu relacionamento com o coronel:

O que me humilhava era ele ter casa montada para a mulata. Ele acabou, não sei por que, dando um sumiço nela, certamente ela foi fazer vida noutra cidade. É incrível, eu devia ter ciúme era de mulher branca, igual a mim! Mas o que me torturava e me humilhava era a ostentação daquela mulata semostradeira. (DOURADO, 2001, p. 89).

Neste trecho percebe-se a indignação da personagem com o relacionamento extraconjugal do marido e com os privilégios que este concedia à amante. Isto salienta seu pensamento preconceituoso quanto às outras etnias, vendo-se, como branca e abastada economicamente, superior à mulata. Este pensamento era compartilhado por ela e por praticamente toda a elite da sociedade escravocrata nesta época. Além disso, é visível que:

O preconceito de cor e de raça irrompe, cruel, quando surge algum risco de concorrência na luta pelo dinheiro e pelo prestígio. O que era latente e difuso torna-se patente e localizado. [...] Ora, a diferença de cor é o sinal mais ostensivo e mais “natural” da desigualdade que reina entre os homens; e, na estrutura colonial-escravista, ela é um traço inerente à separação dos estratos e das funções sociais. (BOSI, 1992, p. 96).

No trecho da fala de Isaltina é possível verificar também que ela atribui um caráter sedutor à negra e a trata com total indiferença, justificando que o marido “deu um jeito” e ela sumiu. Esse tipo de procedimento e de pensamento corrobora o destaque dado à inferioridade em que se encontravam as outras etnias perante os brancos, servindo aos interesses destes enquanto eram “úteis” para o trabalho como mão de obra e, no caso das mulheres, como força de trabalho e objeto sexual. Depois disso, eram “jogadas fora” desinteressadamente e sem remorso, o que muito alegrava as esposas dos coronéis. Mais que isso, neste trecho é perceptível que Adélia foi abandonada insensivelmente por Lucas Procópio e foi obrigada “a fazer vida em outra cidade”, ou seja, provavelmente, prostituir-se, já que não havia maiores expectativas e esperanças de vida para as negras ou mulatas “livres”. Estas eram, quando alforriadas, excluídas do mercado de trabalho e da sociedade. Sob um aspecto geral, sempre eram vistas com maus olhos.

Dessa forma, essas características atribuídas às mulheres permitem compreender também que “[...] o comportamento da mulher no Brasil variava conforme a classe social: as mulheres da classe inferior conheceram trabalho físico árduo, apesar de gozarem de maior liberdade pessoal.” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 68). Ao contrário da mulher branca, que vivia normalmente na ociosidade da casa-grande, sem liberdade para circular em nenhum espaço que não fosse o privado e familiar. Contrastando com a negra ou mulata, estas normalmente já dispunham de grande liberdade para saírem às ruas, no espaço público onde circulavam os homens, às compras dos suprimentos da casa-grande, acompanhadas das sinhás etc. Participavam de festas da cultura africana, dançando, sem necessidade de conservarem seu poder e sua sexualidade, como se esperava das brancas.

Isso demonstra que já eram notórias as mudanças no regime autoritário empregado contra as mulheres. Contudo, mesmo tendo este tipo de liberdade, o gênero feminino étnico e socialmente estigmatizado permaneceu em total clausura e silenciamento, visto que é neste espaço de liberdade, da rua, que se assinala a liberdade que o homem, na figura do patriarca, tem em relação ao corpo da mulher de cor. Segundo Sant’Anna, a negra ou mulata “[...] ao desfilar nas ruas é o cobiçado objeto do desejo.” (1985, p. 44). Isso favorece também a condição de prostituta, papel que as negras ou mulatas eram, não raras vezes, obrigadas a viver.

Outro ponto para se destacar, é o obscurecimento de Adélia nos romances, o que evidencia seu caráter secundário, sem voz nas narrativas, sem descrições que a caracterizem com adjetivos positivos, como aconteceu com Isaltina, mesmo esta desconstruindo sua personalidade, sua linguagem bondosa e educada, ao falar desdenhosamente de Adélia. A

presença desta é quase insignificante na narrativa, como um elemento que não merece atenção, servindo somente para exemplificar o caráter imoral do patriarca. Como crítica, esta concepção deixa a personagem negra à margem da obra, o que ainda é bastante visível em muitos livros, novelas e filmes, em que os papéis mais marginalizados são ocupados por pessoas de classe social e étnica supostamente inferiores. Porém, talvez o foco do autor foi priorizar a caracterização da personagem branca ou evidenciar também, criticamente, as peculiaridades atribuídas à mulher negra da época, sendo esta, há muito, mais estigmatizada do que a mulher branca.

Dessa forma, salienta-se que Adélia é uma representação autêntica da mulher de cor do Brasil colonial, que passou por inúmeros sofrimentos oriundos de uma ideologia preconceituosa e discriminatória que a via, por ser mulher e negra, como um objeto mais subordinado ao seu senhor do que a mulher branca o é ou parece ser. Por fim, para exemplificar as considerações da mulher de cor e da branca, toma-se um ditado popular deste período brasileiro: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar, ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata.” (FREYRE, 2013, p. 72).

Assim, ao elucidar o ditado acima, constata-se que as personagens, representadas majestosamente por Autran Dourado e aqui analisadas, ocupam seu devido espaço na vida do patriarca: Isaltina, mulher ideal para o casamento e para a procriação; Adélia, mulata para satisfazer os desejos sexuais do patriarca e Joana, mesmo não sendo foco deste estudo, é o exemplo da mulher negra, sem atributos que a tornem sexualmente admirada, destinado à esfera apenas do mundo do trabalho.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho serviu para retratar contextos sociais importantes presentes na literatura que fundamentaram a formação do Brasil, essencialmente do período colonial, que se seguiu até o fim da escravidão. Contudo, estes fatores, dentro dos aspectos até aqui mencionados e estudados, não foram positivos, nem aconteceram de forma pacífica, pois demonstram com clareza comportamentos que contrastam e distanciam a relação entre o homem e outros grupos mais estigmatizados, especialmente, a mulher.

A ordem e/ou ideologia patriarcal foi um elemento que elevou significativamente a condição de poder do homem abastado social e economicamente e, conseqüentemente, abalou a condição da mulher, seja ela branca ou de cor, pois, indiferente da etnia, era subjugada a esta ordem superior, que a moldava aos padrões e comportamentos preestabelecidos. Sem voz, sem direitos, sem autonomia, essas mulheres semelhantemente têm suas vidas roubadas pelo patriarcalismo. Entretanto, há marcas visíveis de comportamentos determinados para a mulher de cada etnia.

A mulher branca, representada por Isaltina, circunscrita ao espaço privado, era educada para servir a família, em especial ao marido, ao qual devia obediência e resiliência, acima de tudo. Esta servidão era sempre destinada ao homem, sendo primeiro direcionado ao pai e depois de casada, ao marido. Ambos os homens, eram legítimos patriarcas, donos de terras, de poder e de pessoas. A mulher de cor, representada pela figura de Adélia, era aquela que não obteve educação nenhuma, figurando no espaço público, da depravação e da imoralidade, que servia aos anseios do seu senhor, do seu dono, que desfrutava do seu corpo de forma canibalesca, sendo que, para ela, o uso do corpo representava o único meio de supostamente permitir-lhe a ascensão social. Isso não a faz fugir da sua condição de escrava, mesmo sendo alforriada, pois seu corpo e sua etnia mantêm-na escravizada.

Diante disso, verifica-se que a ordem patriarcal, que regia os comportamentos e a cultura da sociedade em geral, era frequente em praticamente todas as famílias senhoriais. Contudo, ainda conserva muitos de seus traços fundamentais, como o mandonismo dos homens sobre as suas esposas ou filhos, a centralidade atribuída a esta figura e muitas outras ideologias presentes no espaço familiar, da sociedade, na esfera política e no campo profissional. Neste campo, essencialmente, os números revelam muitas desigualdades de oportunidades, de remuneração etc., e, pode-se afirmar, de direitos do homem em relação à mulher.

Assim, comprova-se que a história nunca poderá ser apagada, esquecida e muito menos modificada totalmente. As mudanças são graduais e por isso, a cultura do patriarcalismo ainda está presente na sociedade brasileira de hoje, principalmente nos locais mais rurais e primitivos e nas periferias das cidades, espaços nos quais se conservam traços dessa cultura discriminatória e machista dos antepassados. Pode-se ressaltar também que, em muitos outros países a situação se repete com agravantes, pois a mulher ainda tem seus direitos excluídos e sua dignidade escamoteada por culturas patriarcais e machistas, que não permitem a igualdade, em nenhum sentido, entre o homem e a mulher.

Daí a importância da literatura, como forma de incumbir o leitor a inúmeras reflexões sobre aspectos históricos e sociais que marcaram a história. Além disso, refletir sobre a realidade é também crítica-la, é abrir a mente para quebrar paradigmas e transformar ideologias que perpassam gerações, que apresentam verdades contraditórias, que servem para aumentar a discriminação e o preconceito entre os gêneros. Um exemplo disso é o pensamento patriarcal que este trabalho buscou abordar no intuito de mostrar o quanto ainda permanece vivo dentro da sociedade contemporânea.

Dessa forma, esse trabalho buscou destacar que as obras *Lucas Procópio* e *Um cavalheiro de antigamente* demonstram a queda gradual do regime escravocrata e do poder exercido pelos senhores, mas, serviram também para contextualizar um período fundamental da história e da formação da família brasileira. Autran Dourado, com isso, revela todo o seu caráter crítico, como escritor moderno, a respeito de certas condições de depravação que se encontravam em Minas Gerais do século XIX aos primeiros decênios do século seguinte. Na realidade, o microcosmo mineiro representa, de certa forma, o Brasil inteiro, que mantinha as mesmas condições sociais, étnicas, econômicas e políticas, aqui apresentadas. As escolhas do escritor não foram aleatórias, pelo contrário, foram muito bem construídas e serviram para um estudo de todo conexo. Dentro dos objetivos propostos neste trabalho, a ordem senhorial e patriarcal e as questões ligadas à etnia finalizam, parcialmente, os estudos, permitindo, todavia, a abertura a inúmeras outras considerações que, se levadas a cabo, seguirão novos rumos, sem abandonar o caráter essencial da obra, que é a história colonial brasileira.

Por fim, evidencia-se que a mulher do Brasil colonial esteve totalmente reservada aos mandos e desmandos do homem patriarcal. Todavia, assegura-se que a mulher branca e a de outras etnias desempenhavam muitas funções semelhantes na sociedade e passavam por muitos processos discriminatórios. No entanto, mais que isso, há muitas discrepâncias na forma de tratamento dada a uma e à outra, como foi observado neste estudo. Da mulher branca, esperavam-se inúmeros comportamentos que a padronizam ao exemplo de uma

mulher idealizada. Caso esta “usasse” os arquétipos que a moldavam, sua vida não era de todo mal, pois, acima de tudo, normalmente vivia aconchegadamente dentro da casa-grande, privilegiada por aspectos econômicos, rodeada de escravos que satisfaziam suas ordens. No que concerne à mulher de cor, esta, além de servir ao trabalho escravo, aos mandos e desmandos de seu “dono”, pertencia a uma etnia inferiorizada, o que a deixava totalmente à margem da sociedade, não se encaixando em nenhuma posição favorável, sendo sempre subordinada à classe dominante. Considerada carga viva, é alocada à força a ir a qualquer lugar aonde o seu senhor determinar que vá; como objeto, está onde a sociedade a inserir social e moralmente.

Portanto, a partir deste estudo, foi possível elencar muitas peculiaridades do homem *versus* a mulher e, assim, revelar padrões preconceituosos que fundamentaram a relação destes, relação esta que, indiretamente, ainda conserva muitos de seus traços, mas que, desde lá, evidenciam mudanças positivas neste sistema. As personagens Isaltina e Adélia se tornam exemplos importantes de mulheres marginalizadas e excluídas, que mesmo nesta condição, dedicam todos os seus esforços para distanciar-se, mesmo que indiretamente, da sua condição. Isaltina inicialmente apega-se à literatura e depois, na busca de atribuir a melhor educação aos filhos. No caso de Adélia, ele usa seu corpo como moeda de ascensão social. Ainda que esteja explícita a exploração sexual de que é vítima, implicitamente ela governa-se a si própria, é dona de seu próprio corpo. Daí inicia-se um processo emancipatório da mulher, marcado por inúmeros fatores históricos, como o fim da escravidão e diversas lutas que desde lá vêm sendo travadas em busca de igualdade de direitos entre o homem e a mulher e entre as etnias privilegiadas e as estigmatizadas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Andréia Silva de; LEILLA, Álex. Autran Dourado e o suplemento literário de Minas Gerais. **Anais do IV ENAPEL**, Feira de Santana: UEFS, 2013, p. 97-105.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 49. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

\_\_\_\_\_. **Dialética da Colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASTELO BRANCO, Lúcia; BRANDÃO, Ruth Silviano. **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: Casa-Maria Editorial, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual**: essa nossa (des)conhecida. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro, 1997.

DEL PRIORE, Mary (Org.); PINKSY, Carla Bassanezzi. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DOURADO, Autran. **Um cavalheiro de antigamente**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ópera dos mortos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

\_\_\_\_\_. **Lucas Procópio**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

\_\_\_\_\_. **Poética de romance**: matéria de carpintaria. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.

LIMA, Jorge Mateus de. Essa negra fulô. **Jornal de poesia**. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/jorge.html#essanegra>>. Acesso em: 30 set. 2015.

LIMA, Marcos Hidemi de. **Mulheres de Graciliano**. Londrina: Eduel, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, s.d.

RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. 96. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

REIS, Roberto. **A permanência do círculo: hierarquia no romance brasileiro**. Niterói: Universitária, 1987.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **O canibalismo amoroso: o desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANTOS, Leonor da Costa. **Autran Dourado em romance puxa romance ou a ficção recorrente**. 2008. 213 fl. Tese. UFRJ, Fac. de Letras, 2008.